



Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 139ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1979
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Palácios.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Mano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

R. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Offícios:

Sob os números 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288 e 289, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

77/79 — Do Sr. Deputado RENATO BERNARDI, que declara de utilidade pública a Associação Maringense de Odontologia, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 7.199. - Anote-se. Arquivo-se.

113/78 — Do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a Guarda-Mirim de Goioerê, com sede e foro na cidade de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o número 7.200. — Anote-se. Arquivo-se.

56/79 — Do Sr. Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a Obra do Berço de Mandaguáçu, com sede e foro no Município de Mandaguáçu, o qual convertido em Lei tomou o número 7.201. — Anote-se. Arquivo-se.

149/78 — Do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Goioerê, com sede e foro na cidade de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o número 7.202. — Anote-se. Arquivo-se.

76/79 — Do Sr. Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Amâncio Moro, Ensino de 1.º Grau, da cidade de Corbélia, o qual convertido em Lei tomou o número 7.203. - Anote-se. Arquivo-se.

66/79 — Do Sr. Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 7.204. - Anote-se. Arquivo-se.

64/79 — Do Sr. Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Ciências Neurológicas, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.205. — Anote-se. Arquivo-se.

72/79 — Do Sr. Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dispõe sobre férias não gozadas e já prestadas, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7.206. — Anote-se. Arquivo-se.

69/79 — Do Sr. Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que altera as divisas dos Municípios de Maringá e Mandaguáçu, como específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.207. — Anote-se. Arquivo-se.

95/79 — Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva sancionar a situação de servidores admitidos com base na Lei número 6508, de 13/12/73, inclusive dos Professores Suplementaristas, na forma e condições que específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.208. — Anote-se. Arquivo-se.

93/79 — Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório para transferir a Telecomunicações do Paraná S/A — TELEPAR, um lote de terreno de propriedade do Estado, situado na planta urbana do Município de Itapejara do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o número 7.209. — Anote-se. Arquivo-se.

84/79 — Do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que reduz os acréscimos que incidem sobre contribuições previdenciárias em atraso, o qual convertido em Lei tomou o número 7.210. — Anote-se. Arquivo-se.

104/79 — Do Sr. Deputado EGON PUDELL, que fica criado no Município de Toledo o Distrito Administrativo de São Pedro, com sede e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.211. — Anote-se. Arquivo-se.

85/79 — Do Sr. Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, na cidade de Matelândia, o qual convertido em Lei tomou o número 7.212. — Anote-se. Arquivo-se.

81/79 — Do Sr. Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Mariana, com sede na cidade de Santa Mariana, o qual convertido em Lei tomou o número 7.213. — Anote-se. Arquivo-se.

86/79 — Do Sr. Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que

declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Foz do Iguaçu - FUNEPI, o qual convertido em Lei tomou o número 7.214. — **Anote-se. Arquivo-se.**

35/79 — Do Sr. Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - SOS, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o número 7.215. — **Anote-se. Arquivo-se.**

100/79 — Do Sr. Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras da cidade de Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o número 7.216. — **Anote-se. Arquivo-se.**

203/79 — Do Sr. Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que eleva para 21 (vinte e um) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o número 7.217. — **Anote-se. Arquivo-se.**

130/79 — Do Sr. Deputado GABRIEL MANOEL, que denomina Jayme Canet a Rodovia Estadual que liga a Rodovia Parigot de Souza - Joaquim Távora - Carlópolis, e Passo dos Leites, na divisa com o Estado de São Paulo, o qual convertido em Lei tomou o número 7.218. — **Anote-se. Arquivo-se.**

24/77 — Do Sr. Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina Antônio Lacerda Braga, a Rodovia que liga o Município de Lapa ao de Porto Amazonas, o qual convertido em Lei tomou o número 7.219. — **Anote-se. Arquivo-se.**

99/79 — Do Sr. Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a Ação Social São João Batista, de Lontra, Município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o número 7.220. — **Anote-se. Arquivo-se.**

88/79 — Do Sr. Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a Liga das Damas de Caridade de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 7.221. — **Anote-se. Arquivo-se.**

90/79 — Do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a Creche Anjo da Guarda, com sede e foro na cidade de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o número 7.222. — **Anote-se. Arquivo-se.**

89/79 — Do Sr. Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Casa de Recuperação Nova Vida - CRENVI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.223. — **Anote-se. Arquivo-se.**

92/79 — Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário, com sede e foro na cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o número 7.224. — **Anote-se. Arquivo-se.**

116/79 — Do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Nova Altamira, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.225. — **Anote-se. Arquivo-se.**

117/79 — Do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo subscrever aumento de Capital da Cia. de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante incorporação de imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado em Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 7.226. — **Anote-se. Arquivo-se.**

134/79 — Do Poder Executivo, acresce no art. 9.º, da Lei número 1.384, de 10/11/53, parágrafo com redação que especifica. Assegurado à COPEL participação na pesquisa, estudo, planejamento, construção e exploração de quaisquer fontes de energia no sentido da busca de formas alternativas, principalmente as renováveis que nos permitam atravessar a grave crise gerada pelo encarecimento do petróleo no mercado internacional, o qual convertido em Lei tomou o número 7.227. — **Anote-se. Arquivo-se.**

140/79 — Do Poder Executivo, que dispõe sobre a extinção das Delegações de controle existentes junto às autarquias estaduais, o qual convertido em Lei tomou o número 7.228. — **Anote-se. Arquivo-se.**

Telex:

número 325/79, nos seguintes termos:

Agradeço Vossa Excelência atendimento dispensado membros comissão agricultura esta Casa, presidida Deputado Nivaldo Krüger, quando em visita Estado do Paraná. Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados. — **Ciente. Arquivo-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO DE ASSIS EVANGELISTA, Presidente do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café e dos Arrumadores de Londrina, ocorrido em data de ontem naquela cidade.

Perde a classe operária de Londrina, um dos seus grandes líderes e a comunidade londrinense um batalhador do seu desenvolvimento.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) RUBEN VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes contendo voto de pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO DE ASSIS EVANGELISTA, ocorrido na cidade de Londrina e endereçado ao Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Londrina, Federação Nacional dos Carregadores e Ensacadores bem como a seus familiares.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O extinto, até a data presente, exercia as funções de Presidente do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Londrina, Presidente da Federação Nacional dos Carregadores e Ensacadores, sendo um grande líder sindical, de expressão, não somente naquela cidade, mas em todo o Estado do Paraná, sempre lutando em defesa dos interesses da classe por ele representada, tendo conseguido grandes benefícios em sua incansável luta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da ilustre Senhora ADELINA ZULIAN DOTTI,

ocorrido dia 7 do corrente mês, nesta cidade.

A extinta era progenitora da Senhora Rose Maria Consolo e do Doutor René Ariel Dotti.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa de seu filho, Dr. René Ariel Dotti, um dos mais ilustres penalistas do País, Professor da Universidade Federal do Paraná e figura reconhecidamente brilhante do foro do Paraná, residente na Rua Desembargador Motta n.º 1.835.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Paróquia SANTA RITA DE CÁSSIA Pe. Geraldo), pela inauguração do Santuário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de um VOTO E CONGRATULAÇÕES, ao "CLUBE ESPORTIVO UNIÃO", da Cidade de Francisco Beltrão, pela conquista antecipada do Título de Campeão da 1a. Divisão de Futebol Profissional do Paraná, em partida disputada naquela cidade, frente a representação de Cascavel, que constituiu-se numa brilhante disputa levada a efeito, promovendo uma verdadeira integração da Região Sudoeste com o Oeste do Estado.

O referido feito veio promover de forma espetacular o desenvolvimento do nobre esporte popular da nossa região, dando mostra que o Sudoeste do Paraná reúne condições excepcionais para integrar, no próximo ano, a Divisão Especial, disputando o campeonato paranaense da categoria.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Clube Esportivo União, através de seu Presidente, Senhor Nelson Behne, e à torcida daquela agremiação esportiva, que soube com respeito e honra dar o necessário prestígio à sua equipe.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 28.º aniversário da elevação de Primeiro de Maio à categoria de município.

Fundada em 1.915, Primeiro de Maio foi elevada à categoria de Distrito Administrativo pelo Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1.936 e pela Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1.951, à categoria de município, sendo desmembrada de Sertãoópolis.

A instalação oficial ocorreu em 1.952, quando em dezembro foi empossado o seu primeiro prefeito municipal, Sr. José Correia de Porto Abreu.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário,

nário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 28.º aniversário da elevação de SANTO INÁCIO à categoria de município.

Sendo um povoado primitivamente conhecido como Colônia Zacarias de Goês, ao passar à categoria de Distrito recebeu o nome de Distrito da Redução de Santo Inácio, para 3 anos depois, consoante à Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1.951, com a denominação de SANTO INÁCIO.

A instalação do município ocorreu exatamente um ano depois, sendo empossado o Sr. ILTO FERREIRA COUTINHO, seu primeiro prefeito municipal.

A luta e a bravura de sua gente transformou Santo Inácio numa das mais prósperas e promissoras cidades da região.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de regozijo, pelo transcurso do 16.º aniversário da emancipação política do Município de Realeza, ocorrido em data de ontem.

Realeza vem apresentando um desenvolvimento dos mais expressivos, graças ao trabalho ordeiro e pujante de sua nobre população, que sempre tem dado o melhor de seus esforços para o engrandecimento de seu município e do Estado.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, extensivo a todo o Legislativo Municipal, bem como ao laborioso povo daquele município.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício registrando VOTO DE REPÚDIO à Confederação Brasileira de Desportos-CBD- pela péssima administração do futebol brasileiro.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Disputa-se hoje no Brasil o campeonato de maior número de clubes de todo o mundo, e também o pior. Graças ao político dirigente Almirante Heleno Nunes (Presidente da CBD) o futebol brasileiro está à beira da falência, com os clubes desesperados e sem encontrar solução pelos inúmeros problemas criados pela má administração. A loteria esportiva tem despejado verdadeira fortuna para aquisição de passagens, e nem assim a CBD consegue atender os interesses do futebol do País. Os clubes têm ficado sem jogar por falta de passagens; e o que mais grave, alto dirigente da CBD é proprietário de AGÊNCIA DE TURISMO que manipula o dinheiro da L.E. para compra de passagens. Jogos têm sido seguidamente transferidos pela ausência de equipes no local das partidas, bem como o povo tem sido lesado com jogos SÁBADO/DOMINGO/QUARTA e QUINTA FEIRAS; nisso quando não existem partidas atrasadas e que são disputadas SEGUNDA OU TERÇA-FEIRA. É o campeonato mais caro do mundo. O povo brasileiro é o mais lesado, também do mundo; tudo porque a CORRUPÇÃO assumiu o nosso principal esporte. Isso sem falar no fretamento de avião para levar uma delegação de desocupados ao Paraguai

quando da apresentação de nossa seleção naquele País.
REPÚDIO AOS CORRUPITOS é o pedido que faço.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, usando de suas atribuições legais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DER, solicitando informações sobre a viabilidade da construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco, interligando os Distritos de Pato Bragado e Entre Rios, no Município de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação de informação sobre a viabilidade da construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco, interligando os Distritos de Pato Bragado e Entre Rios, no Município de Marechal Cândido Rondon, merece toda a atenção, e ainda mais, a imediata construção, devido a uma série de problemas que vêm causando ao comércio, a população destes dois grandes distritos, eis que a comunicação via terrestre, devido a falta da ponte, destruída há tempos, por fortes chuvas, se faz através do Município de Toledo, causando transtornos irreparáveis àquelas populações.

Vários pedidos foram feitos aos órgãos estaduais, para que houvesse a reconstrução da ponte em regime de urgência, e até o momento nada foi realizado.

E cabe lembrar aqui, que estamos próximo a uma grande safra, e o município precisa contar com esse benefício, com mais essa fonte de escoamento de sua produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado sunscritor, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades, REQUER o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Agricultura, solicitando a inclusão de Toledo entre os municípios de estocagem de milho estrangeiro, como pólo de retirada do cereal através dos leilões que são realizados na Bolsa de Cereais de São Paulo.

Requer, outrossim, o envio de expediente, comunicando o presente, aos Ilustríssimos Senhores Prefeito Municipal de Toledo e Presidente da Câmara Municipal de Toledo, bem como ao Presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Oeste Paranaense.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Toledo continua acelerando, num processo de reincorporação à força agropecuária da região, a produção avícola e suíncola, na busca de diversificação da atividade rural.

Instalado em Toledo, o Frigorífico das Organizações Sadia, um dos maiores da América Latina, abate dois mil suínos diariamente, o que demonstra o alto índice de produção da suinocultura do extremo-oeste-paranaense.

O consumo de milho é enorme na região, com perspectivas de considerável aumento, justificando assim, a inclusão de Toledo entre os municípios de estocagem de milho estrangeiro, tendo em vista, inclusive, a natural escassez do produto.

Acresce-se, ainda, que a produção avícola tem presença considerável, principalmente nas pequenas economias familiares que abastecem o mercado regional, além da crescente indus-

trialização pela unidade frigorífica antes referida, que hoje abate quarenta mil aves por dia, estando em fase final de ampliação das instalações, visando até 1.983 abater duzentos e cinquenta mil diariamente.

Por conclusão, é plenamente justificável tal solicitação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Ouvida a Casa, requeiro da Mesa, o encaminhamento do documento anexo - PLANO DE COLÔNIAS AGRÍCOLAS COMUNITÁRIAS - ao Sr. Governador do Estado, para que este estude, analise e verifique a viabilidade de sua implantação.

Cabe ressaltar que se trata de um plano objetivo, simples e exeqüível, que visa solucionar os aflitivos problemas dos favelados, bóias-frias, crianças carentes e menores abandonados.

Seu autor é o Engenheiro-Agrônomo José Cwikla, figura humana extraordinária que, além de técnico e profundo conhecedor do assunto é, mais que tudo, um idealista permanentemente empenhado em servir à coletividade.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa o discurso proferido pelo Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Dr. Renato Ticoulat, junto à Escola Superior de Guerra, na Cidade do Rio de Janeiro, na data de 8 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1.979.

(a) RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Abordando com seriedade e conhecimento de causa, o tema "Desenvolvimento Agropecuário", Ticoulat expôs com muita felicidade; - um tema que interessa à Nação brasileira.

De modo especial, dizendo "que sem o campo, Brasil não é viável", além de pedir reflexão sobre o momento atual, Ticoulat Filho faz algumas observações sobre o consumerismo exagerado, crise energética, e o conflito entre o meio urbano e rural, uma síntese que aborda a realidade rural de nossos dias.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à Sociedade Rural Brasileira.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 184/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CORBÉLIA - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Corbélia.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche a finalidade de proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens outras, de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes, bem como a renda patrimonial ou de qualquer origem, será aplicada no País, exclusivamente nas suas

finalidades.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo, seu apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 185/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA "MISSIONÁRIOS DA LUZ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita "Missionários da Luz", com sede à rua Nicarágua n.º 978, Bacacheri, nesta Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CGC 77.583.573/0001-10, inscrito na Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, sob n.º 966/79, filiado à Federação Espírita do Paraná, devidamente amparado no Art. 1.º e seus incisos constantes da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1.978, está em condições de ser declarado de utilidade pública, visto preencher todos os requisitos exigidos pelas legislações Estadual e Federal, reguladora da matéria.

A referida entidade assiste a 70 famílias carentes, pelo seu Clube de Mães, constando desse atendimento os seguintes itens: costura, bordado, tricô, crochê, noções de higiene e puericultura, fornecimento de alimentos e medicamentos.

Na favela do Rio Verde (Penha) atende a mais de 300 crianças, além de um número flutuante de adultos (mais de 100), constando de distribuição de leite, pão, medicamentos e orientação moral e espiritual.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, esta Presidência registra com satisfação, as visitas honrosas dos Deputados Ernesto Dal'Oglio e Sebastião Rodrigues, Presidente do Movimento Democrático Brasileiro, Seção do Paraná.

Também as presenças do Prefeito Municipal de São João do Ivaí e dos Vereadores daquele município, Antônio Lopes dos Santos e Orlando Bergamini, como também do Vereador de Guaraniaçu, Sr. Ângelo De Biassi.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Renato Loures Bueno. (Ausente).

Concedo a palavra ao Líder da Bancada arenista, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Temos sido coerentes, nesta tribuna, em manifestar integral apoio, aos esforços municipalistas, que exigem, efetivamente, uma reforma da política tributária nacional; política esta que deve dotar os municípios de mais recursos financeiros e que liberte-os da dependência dos Estados, e principalmente, da União.

Para se constatar a penúria dos Estados brasileiros, basta analisar a composição na receita pública, hoje, que ela está concentrada em setenta e seis por cento para a União, vinte e dois por cento para os Estados, e apenas dois por cento para os municípios.

Invoco novamente esta posição, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, para contestar críticas levantadas contra o Prefeito Municipal de Curitiba, nas quais se alega abandono da

Administração aos bairros da cidade.

Na verdade, estão nossos bairros carenciados de serviços, e isto angustia os seus moradores.

Curitiba é uma cidade de crescimento acelerado e os serviços públicos perseguem à distância as necessidades determinadas por esta expansão.

Ao anseio da população por melhor estrutura de serviço nos bairros, contrapõe-se a falta de recursos financeiros do município, para atender, a curto prazo, obras que, pelo seu próprio volume, são dispendiosas.

Agora, daí pensar que um administrador criativo e experiente como o arquiteto Jaime Lerner, não tenha definido um plano de obras, de atendimento aos moradores dos bairros, é desconhecer a realidade.

Existe, efetivamente, - e disso tenho conhecimento, porque pude verificar pessoalmente - um planejamento cuidadoso constante de vários projetos importantes para a cidade, e que só não foi acionado agora, exatamente por carência de recursos.

As verbas necessárias para desencadeamento desta ação, estão sendo solicitadas ao Estado e, principalmente, à União, e até às próprias entidades financeiras internacionais, embora saibamos, hoje, das dificuldades em se obter financiamentos externos, mesmo para obras de infra-estrutura, dado as recentes determinações do Governo Federal, a respeito da matéria.

Por esse motivo, entendemos que, postar-se alguém em antagonismo ao Prefeito, significa ir contra os interesses da cidade, na medida em que essa Oposição possa, efetivamente, prejudicar a concessão dos créditos pleiteados.

Curitiba é, hoje, uma cidade invejada por ter frente à sua Prefeitura, um dos mais competentes urbanistas do País. Inovou-se, aqui, a visão humanística da administração urbana, alcançando o bem-estar do cidadão como prioridade primeira.

Agora, pretender atribuir a incapacidade do Prefeito à insatisfação dos moradores de alguns bairros da cidade, é uma postura pouco inteligente, que, ao meu ver, agasalha interesses que são contra a cidade.

A hora, na verdade é de somar prestígio político ao Prefeito da Capital, para amparar suas reivindicações de crédito. E assim, acelerar a execução das obras reclamadas pela população.

Como Deputado representante de parcela do povo curitibano, queremos, aqui, manifestar o nosso apoio nesse aspecto, a que referi, da administração do arquiteto Jaime Lerner, na expectativa de que a nossa, e outras boas palavras, possam significar algo para o alcance às metas pretendidas.

É uma posição que estamos adotando sem nenhum contrangimento e que longe de ser bajulatória é realista, coerente com a realidade triste que vivem os municípios brasileiros. E, acima de tudo, é uma posição de defesa aos interesses maiores dos moradores desta cidade, onde iniciei minha carreira política e onde tenho apreciável contingente de votos.

Porisso, Sr. Presidente, requeiro, ouvida a Casa, o encaminhamento deste pronunciamento ao Governador do Estado, ao Prefeito da Cidade e ao Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Vereador Donato Gulin.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando um requerimento solicitando aprovação, para que seja enviado expediente pedindo informações unicamente sobre a viabilidade da construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco Verdadeiro, que liga as estradas entre Santa Helena e Marechal Cândido Rondon, precisamente Distritos de Entre Rios e Pato Bragado.

E assomo à tribuna, neste momento, para dizer aos nobres Pares de que este requerimento foi inspirado na reunião que teve a Comissão de Agricultura, da Câmara Federal, em Entre Rios, e que também este Parlamentar, juntamente com o nobre Deputado Nilton Friedrich, estiveram presentes. E sentimos as dúvidas, as incertezas daquele povo ao nos apresentarem, em documento, a solicitação da viabilidade da construção da referida ponte.

A incerteza, dado que esse rio deverá ser represado pelas águas de Itaipu. Portanto, o local da ponte não está definido. As dúvidas, inclusive manifestadas pelo pessoal do DER, dizendo que dependia do orçamento daquele Departamento, para a construção dessa ponte.

Portanto, isso, conforme notícias divulgadas na Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon.

Então, estamos pedindo apenas a informação sobre a viabilidade da construção de tal obra.

No entanto, soubemos hoje, que a Rádio Difusora de Mal. Cândido Rondon divulgou declarações do Deputado Werner Wanderer, que dizia que Sua Excelência havia conversado com o Sr. Governador sobre o requerimento, e que Sua Excelência considerou uma verdadeira piada o mesmo.

Dizia ainda o Deputado, profetizando que a bancada da ARENA irá votar contra esse requerimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sei se, de fato, existe tal disposição da bancada da ARENA em votar contra esse requerimento.

No entanto, se isso se concretizar, devemos render um voto de louvor ao perfeito funcionamento da ditadura, porque, apenas se ameaça entrar com um requerimento, já estão prontos para votar contra. Sem, no entanto, se examinar o teor desse requerimento.

Mas não é a primeira vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o nobre colega Sua Excelência o Deputado Werner Wanderer envolve o nome do Excelentíssimo Senhor Governador, em declarações que considero verdadeiras molecagens; foi na Rádio Palotina que este mesmo Parlamentar disse que Deputados da Oposição não iriam realizar nada em Palotina e Marechal Cândido Rondon, que seriam estas afirmações do Sr. Governador, que ele teria garantido. Tenho aqui em mãos, a fita da entrevista dada naquela Rádio. E me pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será possível que o Poder Legislativo realmente tenha que passar por esses vexames quando simples pedidos de informações, requerimentos, são considerados ofensivos ao Governo? Merecem ser recusados? Quando este Poder, já tão esvaziado de poder tem que sofrer o vexame de declarações de Deputados que inclusive não respeitam este Poder, dizendo que de nada adianta apresentar requerimentos porque tudo depende da vontade soberana do tirano que nos governa. Piada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a subserviência desse Deputado que tem que correr ao Governador a pedir a opinião dele, antes de tomar uma posição; piada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é quando um Parlamentar se iguala a uma comadre igreja, levando "fofocas" desta Casa, para o Palácio do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos admitir...
O Sr. Erondy Silvério - (pela ordem).

Sr. Presidente, invoco o dispositivo do Regimento Interno, para que Vossa Excelência faça expungir da Ata, as palavras atrevidas pronunciadas com relação ao Parlamentar Werner Wanderer, pelo orador que se encontra na tribuna.

O Parlamentar faltou com a ética, faltou com a educação que deve imperar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — A Presidência defere a solicitação do nobre Deputado Erondy Silvério, e solicita que sejam expungidas das notas taquigráficas, as palavras ofensivas proferidas pelo ilustre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, para finalizar, peço que as notas taquigráficas registrem que, falta de educação, também é denegrir a atividade de um Parlamentar numa Rádio, desacreditando-o junto à opinião pública, quando ele vem com intenções sérias; falta de ética parlamentar é chamar, numa Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon, de demagógico, um requerimento que solicita, simplesmente, uma informação, Sr. Presidente.

Encerro, dizendo que, se nós não temos poder, não temos o direito de solicitar informações, então realmente devemos concordar com aquilo que já foi dito nesta Casa, que, deverá ser fechada a Casa, para que a ditadura tome conta também deste Poder Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Defendo, através desta tribuna e deste horário do Pequeno Expediente, a apresentação de dois requerimentos que levaremos à consideração dos Srs. Deputados.

O primeiro deles diz respeito ao extenso telex recebido por todos os Deputados da Região Norte do Paraná, e subscrito pela Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Maringá. (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, preenchidas as formalidades regimentais, requer seja enviado aos Senhores Secretário das Finanças e da Agricultura o memorial da Associação Comercial e Industrial de Maringá, solicitando melhoria e agilização no tocante à comercialização da safra atual de feijão, principalmente referindo-se à sistemática tributária e à seleção de sementes.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI.

Como ele é muito extenso, nós apenas anexamos uma cópia e formulamos o seguinte requerimento dirigido aos Senhores Secretário das Finanças e Agricultura requerendo seja enviado expediente a esses Secretários, encaminhando memorial da Associação Comercial e Industrial de Maringá, dizendo a melhoria e agilização no tocante à comercialização da safra vindoura de feijão, principalmente referindo-se à sistemática tributária e à seleção de semente desde que aquela entidade classista entende que o processo de comercialização está se tornando moroso diante de medidas administrativas tomadas pelas Secretarias da Agricultura e Finanças, dificultando e prejudicando a própria atuação daquele setor da Agricultura paranaense e da economia regional.

O segundo requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, visa encaminhar à Secretaria das Finanças, uma denúncia: (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, dentro do que preceitua o Regimento Interno, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, enfatizando a urgência de providências quanto aos abusos cometidos por comerciantes que, não podendo se eximir da necessidade de emitir notas fiscais dos produtos vendidos, o vem fazendo irregularmente, em alguns casos denotando negligência e em outros evidente má fé, consoante denúncias recebidas.

Solicita, ainda, seja anexada a nota de caixa n.º 0245 de 25 de outubro de 1.981, da empresa inscrita sob o n.º 101 11 335-H, CGC n.º 76 524448/009-34, caixa n.º 1, de Curitiba - Pr, no valor de Cr\$ 13,50.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(a) RENATO BERNARDI.

"Senhor Presidente, parece-me que este requerimento se reveste da maior importância, eis que a tributação direta sobre os produtos lançados no mercado consumidor já atingem em alguns casos, percentuais equivalentes a cinquenta por cento do preço final do produto e se a carga tributária visa um objetivo eminentemente social, fazendo com que a contribuição social seja comunitária no sentido de melhorar a qualidade de vida e garantir uma qualidade de vida decente, digna, compatível com a dignidade da criatura humana, esta carga, entretanto, além das diversas formas de reformulação, porque se fala aqui na Assembléia, deve ser também compartilhada por todos aqueles que são obrigados por lei.

E agora, observamos empresas comerciais que estão à revelia da lei, dando notas fiscais do ano de 1.978, e para o ano de 1.980 e 1.981."

Parece-me um abuso de tal forma que merece urgências urgentíssimas do pessoal da Secretaria das Finanças.

Nesse sentido, apresentamos esse requerimento e anexamos um comprovante da nota fiscal, datada de 25 de outubro de 1.981, pedindo, conseqüentemente, as devidas providências.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

A importante reunião de cafeicultores do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, realizada em Londrina, no último dia 8, merece destaques especiais porque o assunto que abordou, que examinou com detalhes, é da maior importância econômica para o Brasil, além de constituir — A LAVOURA CAFEEIRA — um dos segmentos da agricultura ainda capaz de dar serviços a milhares de brasileiros, influenciando, desse modo, em parte, na solução de um problema social, ou seja, a fixação do lavrador conhecido por "bóia-fria".

Mas, impõe-se entretanto, que antes se mostre o perfil de como é o nosso Paraná em relação à indústria e à agropecuária.

Dos nove milhões e quinhentos mil habitantes, sessenta e um por cento ainda estão radicados no meio rural, sendo tal percentual, segundo informações oficiais — considerado o maior do País, com exceção do Estado do Maranhão.

Segundo ainda as mesmas fontes, dos vinte milhões de hectares, ou duzentos mil quilômetros quadrados de superfície, dezesseis milhões estão ocupados por diferentes tipos de lavoura, indo desde culturas permanentes, passando pelas temporárias e incluindo as pastagens. "Assim, de acordo com estes estudos a principal preocupação em decorrência do esgotamento da fronteira agrícola é o aumento dos índices de produtividade".

Entretanto, segundo ainda dados oficiais da Secretaria da Agricultura do Paraná, as intempéries vêm frustrando as expectativas, como no caso do café, por exemplo, que apresentava na década de 70 uma produtividade de 50 sacas de café em coco por mil cafeeiros, e hoje não atinge rendimento superior a 10 sacas em coco por mil pés - volume este - considerado altamente insatisfatório, já que, por outro lado, não ocorre compensação nos preços internos em conseqüência da diminuição de produção.

Esta, Srs. Deputados, "a principal causa da descapitalização dos cafeicultores".

Não obstante tão grandes prejuízos causados à lavoura cafeeira e aos seus persistentes esforços, ainda assim o Paraná, entre os anos de 1.974 a 1.978 foi o responsável, a nível nacional, por vinte e cinco por cento de algodão, de nove por cento da produção de arroz, trinta e três por cento da de batatas, vinte e seis por cento de feijão, vinte e três por

cento de milho, trinta e seis por cento de soja, trinta e sete por cento de trigo, seis e meio por cento da produção pecuária, dezesseis por cento de suínos e dez por cento dos produtos oriundos da avicultura, o que colocou o Paraná como responsável por vinte e cinco por cento da produção agrícola do País e, - o que é importante - foi o responsável de trinta e cinco por cento do valor das exportações agrícolas brasileira, no citado período 74/78.

Estamos afirmando, e isto baseado em dados oficiais, que, não obstante o Paraná dispor de apenas, 2/4 do território brasileiro e de oito por cento da população nacional, o nosso Estado exportou "uma" tonelada de cada "quatro" vendidas para o Exterior. Assim, o Paraná e sua gente sofrida da lavoura e da pecuária, fez moeda forte, fez divisas, contribuiu de forma decisiva, para o desenvolvimento de nossa Pátria.

Diante dos fatos aqui expostos, não há dúvida, Srs. Deputados, de que o setor agrícola estadual é o dos mais representativos da economia interna - o que lhe dá o direito - como o pretenderam os cafeicultores reunidos em Londrina, de reivindicar melhor preço para o café - com a redução gradual do chamado confisco cambial, de 140 dólares por saca, - além de que, com melhor preço e novos contratos de trabalho nas lavouras pretende-se dar solução ao "bóia-fria", trazendo-o das favelas, das vilas, para a vida dos campos, dentro do programa habitacional já anunciado pelo Governo.

A presença de centenas de lavradores na reunião citada, a convite dos fazendeiros, demonstra o espírito de congraçamento, evitando-se, desse modo, o conflito entre as classes desatendidas ou insatisfeitas.

Por mais patriota que seja o agricultor brasileiro, ele não pode - "e no caso específico, o cafeicultor" - prosseguir, cuidando da lavoura de café - deficitária crônica - isto é, há mais de 5 anos pelas intempéries climáticas, e há 25 anos com a taxa de contribuição, ou de confisco cambial, enquanto verifica existirem outras atividades no campo da agropecuária com mais segurança e que oferecem melhor rentabilidade.

Desejamos, finalmente, nos congratular, do último dia 8, destacando o Presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Cafeicultura, Joaquim Álvaro Pereira, - o Presidente da Comissão Permanente em Defesa da Cafeicultura Fábio Jacinto Lemos, - o Presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores, Dr. Justino Vilella e o procopense Wilson Baggio, dinâmico representante da agricultura, junto ao Governo Figueiredo, pelo encaminhamento sábio e sóbrio dos trabalhos que culminaram na conclusão pela necessidade dos cafeicultores fazerem suas reivindicações pelas vias judiciárias sem apelo a nenhuma medida radical, ou de mera demagogia, que a nada conduziria, como já se tem experiência com a chamada marcha, em 1.959".

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado João Mansur, inscrito.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para exaltar um fato que dias passados o meu colega de bancada, Deputado Jurandir Messias, já o tinha feito. (Lê):

"O que é bom deve ser lembrado.

Falo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da Fundação Bradesco, um órgão que é um monumento na defesa dos interesses da criança brasileira.

No momento em que vemos, pelos noticiários dos jornais, rádios e televisões, a luta de interesses das multinacionais se sobrepondo àquilo que deveria ser mais importante, qual seja, a dignificação do homem.

No momento em que vemos a infância, esta eterna pagadora dos erros dos adultos, morrer de fome pelo empederni-

mento do trato político das nações, volver os olhos para a Fundação Bradesco, é manter a esperança de que nem tudo está perdido, de que existem corações, ainda, dentro do corpo humano.

O lema adotado por esta Fundação, "CREMOS NA EDUCAÇÃO COMO FATOR DECISIVO DO DESENVOLVIMENTO E INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL À REALIZAÇÃO PESSOAL DO SER HUMANO, ATRAVÉS DE SUA INTEGRAÇÃO NA FORÇA DO TRABALHO", é, sem dúvida, um hino que deveria ser cantado por todos nós.

A história da Fundação Bradesco, menina dos olhos do grande brasileiro que é AMADOR AGUIAR, e uma seqüência constante de realizações totalmente voltadas à educação do menor, tornando-a mais meritória ainda, num Brasil-continente, com significativa parte de sua população constituída de crianças, e cujo Governo, luta bravamente para extinguir o analfabetismo.

São quatorze unidades escolares que começam em Bagé, no Rio Grande do Sul e terminam em Paragominas no Pará, passando por Laguna no vizinho Estado de Santa Catarina, Campinas e Registro, no Estado de São Paulo, Uberaba em Minas Gerais, Irecê na Bahia, Canuanã em Goiás, e Conceição do Araguaia, também no Pará.

São mais de onze mil crianças que estão sob o manto da Fundação Bradesco, que destinou, somente neste ano, aproximadamente Cr\$ 132.000.000,00. para seus atendimentos.

Os recursos para este imenso trabalho, são oriundos da própria Organização Bradesco, através de doações feitas pelas empresas que a compõem sem jamais receber qualquer auxílio estatal.

A par do ensino pré-escolar e de primeiro e segundo graus promove a Fundação Bradesco, cursos de capacitação profissional, como artes gráficas, auxiliar de enfermagem, manutenção de máquinas, datilografia, e, no campo agropecuário, inseminação artificial.

Comemora, agora, a Fundação Bradesco 21 anos de existência. São 21 anos de trabalho silencioso, de educação gratuita, sobretudo, voltado para as crianças mais carentes que, sem a sua participação, estariam fadadas ao analfabetismo.

Faço aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas, as palavras da revista que a Fundação Bradesco distribuiu, divulgando os seus 21 anos de trabalho:

"A ALFABETIZAÇÃO É A FERRAMENTA INDISPENSÁVEL A TODO O SER HUMANO E FATOR DECISIVO DE SUA INTEGRAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO."

Por acreditar nisso é que a Fundação Bradesco existe".

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que desejávamos salientar na tarde de hoje, para que as nossas palavras sirvam de incentivo a que um brasileiro do porte de Amador Aguiar sinta de perto que muitos estão acompanhando este trabalho extraordinário que é a Fundação que ele tão bem representa em nosso País, vem desenvolvendo em favor, principal e especialmente, da criança brasileira.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vim à tribuna para exaltar o profissional de imprensa do Brasil que faz jornalismo no rádio, e, particularmente, na Rede Capital de Comunicações, pelo prêmio internacional obtido recentemente.

Esta manifestação transcende ao espírito simplista da homenagem, porque parece-me importante ressaltar o papel que exerce modernamente a comunicação social.

Os rumos históricos da humanidade, sofreram novos direcionamentos a partir da amplitude dos meios de comunicação social.

O caráter instantâneo das informações permitiu ao Brasil todo, recentemente, a oportunidade de conhecer todos os seus problemas, todas as suas vitórias; conhecer, enfim, toda a sua realidade social. E, através do rádio se faz cultura, através do rádio é feito diariamente o depoimento dos acontecimentos que ocorrem, que se verificam em todo mundo.

O rádio, como meio de informação é um veículo cultural dos mais poderosos, particularmente nos países em desenvolvimento. Forma, pois, de exteriorização da cultura de um povo; forma, pois, da exteriorização dos problemas que afligem um povo. O rádio cumpre a sua missão, dentro de um complexo de comunicação social que, hoje, norteia a vida do homem moderno.

Logo, quando tomo conhecimento que uma Rede Nacional de Comunicações, corporificada pelas emissoras que compõem a Rede Capital de Comunicações, recebe um prêmio concorrendo com outras 200 emissoras de rádio do mundo inteiro, entendo ser, no mínimo, justo destacar o valor, o talento e o espírito profissional desses que oportunizaram esse prêmio e que, pelo seu trabalho, permitiram ao Brasil, a oportunidade de somar mais um laurel de caráter internacional.

Não dissocio, sob qualquer pretexto, o papel da comunicação social, da formação cultural, intelectual, social de uma população.

E no Brasil, em especial, pelas dificuldades de comunicação, seja via terrestre, seja via aérea, seja via fluvial, seja via marítima, pela sua imensidão, encontramos nas comunicações sociais, o grande elo, o grande vínculo, a permitir a nossa grande comunidade, a sua perfeita integração.

Cumprimento, portanto, a Rede Capital de Comunicações que, ao optar pela via de informação, no rádio que faz, dá um grande exemplo, porque o povo desinformado é aquele mesmo povo que não tem nem personalidade, nem autoridade, para opinar e para dizer.

Transmitir informação correta, verdadeira é, principalmente, contribuir para a formação cultural, política e social da população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

É realmente muito triste para o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, não somente do Paraná, mas de todo o Brasil, ouvirmos do Sr. Ministro do Trabalho Murilo Macedo, a notícia de que o Governo irá aplicar recursos na ordem de Cr\$ 15.000.000,00 para implantar no Estado do Paraná, projetos de cooperativas de "bóias-frias", principalmente quando o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais se notabiliza pela luta por uma Reforma Agrária e Convenção Coletiva de Trabalho, quando os estudiosos sociais, quando a classe agrônômica brasileira, dão como solução tanto para os problemas sociais como para o aumento de produção de alimentos a Reforma Agrária, e estranhamos muito mais quando o próprio Governo Federal e Estadual através da Secretaria da Indústria e Comércio apresentam como idéia salvadora, a criação de KIBBUTZ,

como se realiza em Israel, um país de costumes, condições de vida, condições climáticas, culturais, história e economia totalmente diverso do Brasil.

O que nós precisamos é de soluções brasileiras para os nossos problemas. É inadmissível que um país continental como o nosso, com apenas 4% de sua área territorial ocupada pela agricultura, onde os grandes latifundiários, grupos econômicos brasileiros, multinacionais etc. ... e o próprio INCRA possuem milhões de hectares de terras improdutivas, vem o Ministério do Trabalho e órgão do Governo Estadual pregar a formação de KIBUTZ em área de 7 (sete) alqueires, 169.400.000 m² centralizada em uma única Cooperativa de 1.150 associados com uma população de 25.000 famílias. Caberia a cada um desses associados, 141,30 m², inferior a 50% do tamanho dos lotes urbanos que são exigidos para aprovação de qualquer loteamento urbano, em qualquer cidade paranaense. Isto não seria um KIBUTZ, mas sim um formigueiro humano.

Termos que importar soluções de fora para resolvermos nossos problemas, se isto fosse viável, ainda vá lá. O que nós precisamos é fixar o homem no campo, não procurarmos soluções paliativas, mas nos ater a uma realidade, tristemente constrangedora e real que é a existência de um contingente de milhões de brasileiros em condições sub-humanas.

Precisamos de soluções concretas, não de invenções baratas ou a espera de milagres econômicos para resolver estes problemas. Mas, se a solução é importar idéias para solucionar nossos problemas, então porque não de países onde a forma e os resultados são semelhantes ao que reivindicamos, por exemplo: na URSS as fazendas coletivas têm sido bem sucedidas ao permitirem o controle político e eficaz da população rural e ao extrair as riquezas da agricultura. O Governo russo tentando vencer a resistência passiva dos agricultores fornece pequenas propriedades para serem cultivadas com eficiência.⁽¹⁾

Nos Estados Unidos, a propriedade familiar é um excelente exemplo de agricultura de "pequenos produtores". A unidade de produção de pequena escala, com pequeno volume de mão-de-obra (embora a área de terra possa ser considerável) é apoiada por um grande conjunto de unidades, algumas do setor público oferecendo pesquisas, educação, transporte e comunicação, algumas do setor cooperativo de economia mista, oferecendo investimento, comercialização, crédito e algumas do setor privado, oferecendo praticamente os mesmos serviços que o setor cooperativo oferece e em competição direta com este setor. Assim, a produção de alguns produtos agrícolas dos pequenos produtores tem uma estrutura de agro-indústria, com um controle quase que completo por parte dos órgãos desde a produção até a comercialização.⁽²⁾

No Peru, na zona do altiplano, região de produção de algodão para exportação, onde as fazendas que pertenciam a estrangeiros ou ricos latifundiários foram nacionalizadas e transformadas em cooperativas geridas pelos próprios trabalhadores, a situação melhorou muito, passou a haver preocupação com as necessidades (principalmente alimentação) dos próprios trabalhadores. Foi feita uma ampla diversificação de lavouras e combinação com pecuária que possibilitou aumentar a distribuição do emprego durante todo o ano nas Cooperativas agrícolas de produção. Aí não existem bóias-frias.⁽³⁾

Antes de nossas conclusões finais, citaremos mais alguns exemplos que comprovam a nossa preocupação e nos leva a não acreditar no êxito do programa.

No Estado de São Paulo, tentativas foram feitas para a formação de Cooperativas de mão-de-obra; a primeira a "Sociedade de Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Pinhal" e a segunda em "Patrocínio Paulista". As duas entidades não mais estão em funcionamento. Atualmente, existem seis cooperativas (Ourinhos, Lins, Franca, Tietê, Guafra, Prudentópolis) e, planos de ampliação dessas organizações, contudo, não rece-

bem apoio por parte das organizações de trabalhadores rurais, sob a alegação de que, com a Cooperativa, os próprios volantes estariam se responsabilizando por encargos que são de exclusiva responsabilidade dos empregadores.

No Paraná, também houve tentativas com a formação da "Cooperativa de Trabalho Campos Gerais do Paraná" e da "Cooperativa dos Trabalhadores Independentes de Maringá". Ambas não vingaram por motivos idênticos aos citados anteriormente.⁽⁴⁾

(1) (2) (3) (4) — "Mão-de-Obra Volante na Agricultura do Paraná: Proposições de Intervenção sobre o Problema". Secretaria de Estado da Agricultura.

Eis algumas perguntas que fazemos e cujas respostas nos dão subsídios que nos levam a discordar inteiramente da criação dessas cooperativas.

Senão vejamos:

1. Como irão funcionar estas cooperativas, quanto ao transporte de trabalhadores?

— Há muitos anos estamos criticando o policiamento rodoviário pela falta de fiscalização nas rodovias (asfaltadas ou não), permitindo o transporte desses trabalhadores e seus familiares em caminhões sem a mínima segurança. As cooperativas irão sanar esta grave irregularidade? Ora, vejamos a complexidade do problema: somente na Região de Jacarezinho (aproximadamente seis mil trabalhadores), serão necessárias 60 kombis, 40 ônibus e 120 motoristas. Com esse número de veículos, haverá necessidade de oficina própria, uma sede para acolher e distribuir, diariamente, os trabalhos contratados. Trabalho este que exigirá a coordenação de um selecionado corpo de funcionários, para atender os empregadores rurais que serão centenas em cada município.

2. E os proprietários rurais, recorrerão sempre às cooperativas para obtenção de mão-de-obra?

— Nas cooperativas, em virtude das obrigações trabalhistas, que com maior razão deverão ser cumpridas, com toda certeza os empregadores vão continuar preferindo fazer uso do gato, por ser uma situação muito mais rendosa e sem problemas para eles. A cooperativa não terá condições de controlar toda a mão-de-obra existente, pois estará localizada na sede do município. E, além do mais, os volantes passarão a ganhar muito menos do que recebem hoje, em virtude de que o sistema cooperativo onerará mais o empregador do que se ele registrasse seus empregados.

A Cooperativa criada em Ourinhos (SP) em 2 anos, realizou 13 contratos de trabalho.

3. E nos municípios em que os trabalhadores se reúnem em pontos até 30 quilômetros distantes do centro ou mais?

— Quase todos os municípios paranaenses tem os seus distritos e os trabalhadores ali residentes teriam que se deslocar até a Cooperativa para serem contratados.

4. Quem se responsabilizará pelas obrigações sociais, registro de Carteira Profissional, salário-mínimo, 13.º salário, férias, domingo remunerado etc. ...?

— As Cooperativas, já que terão a tutela do Ministério do Trabalho, não poderão, de forma alguma, infringir a lei que o próprio Ministério do Trabalho tem obrigação de fiscalizar, com o registro de todos os trabalhadores, garantia do mínimo que a lei lhes dá direito etc. ... Por outro lado, quem manterá as Cooperativas economicamente? Os próprios trabalhadores que hoje possuem uma receita familiar mensal de Cr\$ 3.064,00 e uma renda anual "per capita" de Cr\$ 8.170,70?

5. Os trabalhadores rurais registrados nessas Cooperativas, continuarão sendo rurais?

— Os trabalhadores continuarão sendo rurais ou serão enquadrados como urbanos? Todos sabemos que quem dá categoria ao empregado é o empregador. Se para manter mão-de-obra durante todo o ano ocupada, esta cooperativa irá realizar

os mais diversos trabalhos. A que categoria profissional pertencem estes trabalhadores rurais, no caso de uma ação trabalhista, já que a cooperativa é a entidade empregadora, teremos uma situação "sui generis": ele trabalhador, sócio do Sindicato, defendendo-se dele mesmo, como sócio da cooperativa.

6. E nos dias de chuva, o trabalhador receberá a remuneração?

— Nos dias de chuva, que são tantos durante o ano, basta que ele se desloque até a cooperativa e mesmo que por falta de estradas não consiga ser transportado ao local de trabalho, terá todo o direito à remuneração, por estar à disposição do empregador.

O que mais choca o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais é o surgimento, agora, de uma imensidade de pessoas imbuídas no propósito de "salvar os bóias-frias" de sua miserável condição. Falam em tanta coisa, em tantas soluções e estão esquecendo o principal nessa história toda: o homem — o bóia-fria. Ele não está sendo consultado na tomada dessa precipitada medida. Nota-se que com as cooperativas eles passarão a receber muito menos.

Devemos lembrar aqui que foi a própria FETAEP que, em 5 de setembro de 1975, quando da inauguração da sede própria da entidade, reivindicou ao Sr. Arnaldo Prieto, a elaboração de um estudo muito aprofundado sobre a real situação do bóia-fria, que pudesse servir como uma base sólida e ponto de partida para uma condizente solução para seu problema.

No entanto, as soluções viáveis e condizentes estão vindo adiante do resultado da pesquisa, o que nos surpreende e choca sobremaneira.

Partindo da séria pesquisa por nós elaborada, com a tomada de dados em 167 municípios de nosso Estado, conforme nos referimos anteriormente, nossas reivindicações nada têm a ver com a formação de cooperativas.

Nos moldes a serem criadas, tais cooperativas fogem da filosofia e dos princípios básicos de cooperativismo, entrando ainda em conflito com o Direito do Trabalho, aproximando-se muito mais de uma empresa camuflada — "legalização do gato".

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Gernote Kirinus — Deputado Lázaro Dumont, sempre que

Vossa Excelência faz uso da palavra nesta Casa, o faz com razão e com justiça em defesa dos pequenos agricultores, ou seja, do homem rural, o mais prejudicado e torna a fazê-lo hoje, com muita justiça, ao apontar e levantar críticas sobre o paliativo que o Governo oferece aos bóias-frias com a criação das cooperativas.

A cooperativa, como bem frisou Vossa Excelência, viria facilitar o serviço de contratação do pessoal, ao patrão, àquele que usa e abusa, por assim dizer, do bóia-fria, utilizando-se apenas quando necessita ou deixando-o abandonado a sua própria sorte quando não o necessita.

Por outro lado fixaria o bóia-fria que emigra segundo a oferta de trabalho, na safra do café no Norte, na Campina do Soja, mais para o Oeste, e assim constantemente emigrando, procurando e meindigando o emprego de fazenda em fazenda. O que traz e acarreta, às vezes, a falta de mão-de-obra em um ou outro lugar.

A cooperativa portanto, como está sendo vinculada, vem ser muito mais uma vantagem aos que exploram o bóia-fria do que realmente um benefício de uma solução para o bóia-fria. Mas nós já estamos acostumados e sabemos que não pode haver uma solução séria por parte deste Governo, pois, o modelo econômico pelo qual optou, está comprometido com uma dívida externa, com prazos e vencimentos certos. A lógica nos diz que a atual orientação agrícola não pode sofrer alterações e não pode ser desviado de seu objetivo fundamental, que é a exportação para compensar a dívida externa. E esta exportação e estes produtos de exportação serão buscados na produção em massa, não interessando se com isto se destrói o solo,

não interessando se com isto se expulsa o pequeno agricultor, que não corresponde com uma alta produtividade, o que só a empresa e a grande empresa, corresponde a esses produtos de exportação ou a produção em massa, rápida, assassina de terras, poluidora, não interessando, portanto, o homem, interessando apenas contrabalançar a dívida externa, orientando a agricultura para a exportação.

Mas Sua Excelência já fez nesta Casa e apontou para a mesma, a verdadeira solução, quando Sua Excelência pronunciou em prol da Reforma Agrária. Seria esta, realmente, a verdadeira solução para o bóia-fria e tenho certeza que Sua Excelência haverá de dedicar ainda, no decorrer de seu pronunciamento. Parabeno-me com Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e pela justiça que faz ao bóia-fria do Paraná, quando levanta as dúvidas e as críticas sugeridas como paliativo de solução.

Obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado.

Sr. Presidente, continuando, o que realmente nos entristece em todo este episódio, é de que nesta minha já prolongada vida sindical, já afirmei isto aqui antes, tive oportunidade de pela primeira vez participar de reuniões tratando do problema bóia-fria em fins de 1960 e em começo de 1961. Quando, naquela época, ainda não se tinha os instrumentos que o trabalhador rural tem hoje para se defender. Instrumentos estes, de hoje, que são: o Estatuto da Terra, o Estatuto do Trabalhador Rural e que muitos alegam aí a causa e o motivo para a criação do bóia-fria o que, de maneira nenhuma, nós não concordamos. Concordamos com outros fatores e com outras transformações radicais na agricultura; mas nunca com a legislação que se custou tanto a conquistar.

Mas, de 1960 para cá, quando já debatendo este problema sobre a situação do bóia-fria, a única coisa, realmente que vi, de 60 para cá, por parte de uma autoridade governamental, do mais alto escalão, fazer para o bóia-fria, que não foi feito nada, mas que se teve qualquer ligação com o bóia-fria, foi quando o Ministro Arnaldo Prieto, ex-Ministro do Trabalho, na cidade de Ourinhos, numa madrugada, subiu num caminhão e disse dois absurdos. O primeiro deles: "Não encontrei ninguém de gravata". Até hoje não entendo porque ele disse isso. O segundo: "Até lingüiça eles tinham para comer." Também não entendi, ou finjo que não entendi.

Agora, o bóia-fria passou a servir para mais alguma coisa. Porque até hoje ele está sendo motivo de teatro, de contos, até motivo para que alguém ganhe em exposições, com o tema "Bóia-Fria". Agora ele está servindo para outra coisa. Descobriram o bóia-fria, agora, para tentar impressionar o Sr. Robert McNamara, Presidente do Banco Mundial, para apresentar "slides", relatórios e condições de vida do bóia-fria, para se trazer recursos do Banco Mundial, mas que não serão aplicados no benefício direto ao bóia-fria. Virão para outros setores da economia brasileira, mas não diretamente ao bóia-fria. Mas ele está servindo para isso agora. E nós ficamos preocupados. Porque tomara que não se motive agora a permanência do problema bóia-fria para se ter sempre motivo para sensibilizar os países ricos, desenvolvidos, a nos ajudarem, a nos emprestarem dinheiro para o nosso País. Realmente, é uma situação triste, constrangedora. Quando aqui estivemos recentemente, nesta mesma tribuna, que em dois pronunciamentos fizemos um relato da situação da cafeicultura no Estado do Paraná e apresentamos uma pesquisa realizada por nós, as condições de vida desses trabalhadores, nós pregamos com uma das fórmulas, a primeira, talvez a Reforma Agrária, a segunda, o incentivo maior e um carinho para com a cafeicultura do Paraná, onde nós teríamos condições de criar serviços permanentes para esses trabalhadores, para que não fiquem nas condições em que eles se encontram hoje. Fizemos um outro trabalho que terminamos recente-

mente, uma pesquisa, não no interior do Paraná, mas aqui nas favelas de Curitiba, nas periferias. E é de pasmar quando, de quase duas mil pessoas entrevistadas por funcionários nossos, da Federação, 93% vinham ou vieram da área rural do Estado do Paraná. Eram trabalhadores rurais. E uma porcentagem muito alta, eram pequenos proprietários nesse Estado.

Outro dado, nesta mesma pesquisa que nos deixa chocados, era de que 73% dessas pessoas entrevistadas por nós, têm em média, cinco pessoas por família e moram em barracos inferior a 10 m². Nos dez metros quadrados, o marido, a mulher e os filhos dormem juntos; ali é a sala de visitas; ali é a cozinha, ali é tudo, dentro daquela casa. Numa promiscuidade das maiores, onde o pudor, o respeito, vão com o tempo se acabando, pelo próprio relacionamento entre a família, dentro desse mesmo barraco, dentro desse mesmo cômodo. Então, quando se vê hoje, tentando dar soluções paliativas, realmente revolta a gente, porque se fosse: 10, 15, 20 mil, ainda vá lá; mas no Paraná, entre os trabalhadores e seus familiares, ultrapassa a um milhão de pessoas.

Temos países por esse mundo afora, com 200, 300, 500 mil pessoas, procurando a sua independência de país independente, e, no entanto, só no Paraná, nós temos...

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. LÁZARO DUMONT — ... nós temos só neste contin-

gente, mais de um milhão de pessoas que moram nas periferias da cidade, que andam nos caminhões por esse asfalto, sem nenhuma, mas nenhuma interferência mesmo, da Polícia Rodoviária do nosso Estado, que se preocupa, muitas vezes, porque falta um lacre numa placa de um automóvel dirigido por uma única pessoa. E ele multa essa pessoa. Mas, não multa um caminhão com 80, 90 pessoas em cima, com enxadas, picaretas, pás, com tudo quanto é instrumento contundente, em perigo de si próprios. Isto não é irregularidade nenhuma.

Realmente, entristece a gente, e esperamos podemos não ser ouvidos — mas, podem-se criar cooperativas, podem-se criar outros instrumentos para substituir uma solução definitiva do trabalhador rural, não só no Paraná, mas no Brasil. Mas, não com o nosso consentimento e, muito menos, com o silêncio da nossa voz.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Pinto Dias.

O Sr. Pinto Dias — Nobre Deputado Lázaro Dumont, quero, nesta oportunidade, me parabenizar com Vossa Excelência, pelo brilhante pronunciamento que faz, e, aliás, não é surpresa nenhuma para esta Casa, os assuntos da maior importância, da maior profundidade que Vossa Excelência tem sido o porta-voz, tem sido o Deputado que realmente se preocupa, e não é a primeira vez que Vossa Excelência aborda, da tribuna, a situação constrangedora, desumana, em que vive o chamado bóia-fria.

Vossa Excelência citou, em dados, e manifestando a preocupação de números, a Revista da Família, que recentemente fez uma publicação e analisa e cita que hoje o número de bóias-frias no Brasil, atinge, aproximadamente, de nove a dez milhões.

E há quem diga que nas cidades como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, as maiores cidades do Brasil, há um número de marginais e trombadinhas, na faixa também de doze a quinze milhões.

E o assalariado, o chamado salário da fome, o salário da miséria, há quem diga que atinge, aproximadamente, 25 milhões. Se somarmos os assalariados, bóias-frias e marginais, vai aproximar-se aí sessenta milhões de brasileiros.

Vossa Excelência citou que dentro de dez metros quadrados, vivem famílias de cinco a seis pessoas. Vai aí, à casa de 100 milhões de brasileiros que hoje passam fome. E o problema, nobre Deputado, não é de cooperativa para resolver essa calamidade, esse barbarismo que hoje toma conta do Brasil.

Essa da cooperativa, na minha concepção, será uma piada,

se não for uma brincadeira. O que precisava, urgentemente, é que os responsáveis, Ministro da Fazenda, do Planejamento, parassem de fazer esse movimento para protelar e para blefar até; precisava que houvesse, efetivamente, medidas na área financeira; precisava que a distribuição da riqueza fosse equitativa. Porque, hoje, todo mundo sabe, o Brasil inteiro, são 2, 3% que estão ficando com a riqueza do Brasil, beneficiados por esse sistema econômico existente. E a grande maioria está, cada vez mais, empobrecendo.

O alerta que Vossa Excelência faz da tribuna, infelizmente, esta situação existe, permanece e vai ficar por aqui. Infelizmente. Mas, é preciso continuar falando. E quero me congratular com Vossa Excelência, nobre Deputado, porque, para tristeza nossa, vi um programa de televisão, no último domingo, quando Sua Excelência o Sr. Ministro Karlos Rischbieter manifestou a preocupação do petróleo, da energia, manifestou a preocupação social do Brasil. Mas, esqueceu que era Ministro da Fazenda, que a economia é da área dele, que a situação, hoje abordada pelo Líder da ARENA, na tribuna, quando o municipalismo brasileiro tem pouco mais de 2% de sua receita!

Com isso, vemos que a desigualdade começa na distribuição do sistema de arrecadação. Mas, quem sabe, dentro de algum tempo, estas condições possam ser seriamente examinadas, não apenas através de cooperativismo.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, nobre Deputado.

Gostaria de acrescentar mais um número aos que Vossa Excelência citou: existem mais de dez milhões de menores abandonados neste País.

E que o Brasil hoje, baseado também num programa de televisão, mais especificamente da Rede Globo — que muitos devem estar lembrados, quando se lançou o Ano Internacional da Criança — foi alertado que, anualmente, meio milhão, aproximadamente, de crianças morrem antes de completar um ano de idade.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, bem que Vossa Excelência chega à constatação de uma triste realidade existente no País.

Mas, acredito que, acima de tudo, deveríamos ir às causas, que resolvermos os problemas.

Vossa Excelência faz um retrato impiedoso da situação do lavrador brasileiro.

Vossa Excelência traça, com cores fortes, aquilo que nós, da Oposição, estamos falando há tantos e tantos anos.

E caberia aqui, se fazer a constatação maior que essa é a falência da Federação Brasileira.

Falência a que foi levada esta Nação pelos desgovernos que foram implantados neste País, contra a vontade do povo.

Ao longo de todos esses anos, nada se fez aqui, a não ser o privilegiamento daqueles que já possuem quase que tudo, nesta Nação.

Então, Vossa Excelência lanceta, com aço, essa ferida que existe nesta Nação.

É necessário que homens, realmente, façam esta constatação. Daí sim, deixemos da parte dos governantes, a aplicação daquilo que eles estão fazendo, que é pura demagogia.

Quando denunciemos, ao longo de todos esses anos, nós, os democratas brasileiros, a situação de insolvência da Nação brasileira, muitos do Partido de Vossa Excelência, aqui e acolá, sempre vêm com aquela desculpa que estão trabalhando para a Nação. E que nós não passamos de meros demagogos.

Mas, hoje, e não só hoje, através da palavra de Vossa Excelência, homem que está abrigado no partido que dá sustentação a esta ditadura, vem, mais uma vez, dizer que as coisas não andam bem neste País; que este reino está podre.

E já falei que o braço podre da ditadura é esse apoio político e incondicional, indecoroso, muitas vezes, porque não querem ver a verdadeira realidade a que estão jogados milhões

de brasileiros, como Vossa Excelência falou, vivendo na promiscuidade, crianças que não têm o mínimo de perspectivas de vida. E por quê? Porque neste País se fez uma aliança do grande capital estrangeiro, do grande capital nacional, amparados por aparatos policial-militar jamais visto na história da América Latina, para fazer com que os pobres continuem mais pobres ainda, e fazendo o privilégio de alguns poucos desta Nação.

Ainda há pouco, o Congresso Nacional, de joelhos, alquebrado, com espinha mole, aprovou a que se desse a uma empresa somente, 400.000 hectares de terra desta infeliz Nação, ao passo em que nós estamos ouvindo aqui numa própria constatação, na palavra de Vossa Excelência que, pequenos produtores, pequenos proprietários estão jogados como lixo humano, tocados como gado para viverem na miséria e para fazerem a delícia de certos políticos que regorgeteiam, às vésperas dos 15 de Novembro nesta Nação quando deveremos ver festas cívicas, o que vemos é um verdadeiro festival de corrupção, de imposição de candidaturas.

Permita-me que eu me estenda um pouco mais, nobre Deputado Lázaro Dumont, mas, é necessário que, uma vez mais fique aqui a palavra dos homens do MDB, palavra de apoio àquilo que Vossa Excelência está dizendo nesta Casa, e de repúdio a estes oportunistas que agora descobriram que é possível também aqui, apanhar um voto dos milhões de "bóias-frias" e que é possível fazer com que representantes "biônicos" venham aqui e em outros lugares, simplesmente dar cobertura a uma ordem político-social, econômica e injusta e, torno a repetir, indecorosa!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que o seu tempo está esgotado. Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Infelizmente o meu tempo está esgotado, nobre Deputado.

Sr. Presidente, gostaria de dizer neste minuto que me resta, se o Deputado Gabriel Manoel me permitir, gostaria de dizer ao Deputado Waldyr Pugliesi, o seguinte:

Pertenço à ARENA e até me orgulho disto, porém, o Partido ao qual eu pertenço — e estou dizendo isto com toda sinceridade — nunca, mas nunca mesmo me proibiu ou me admoestou de trazer qualquer palavra minha a esta tribuna. Acredito eu, que o Partido em si, nada tem a ver com a situação que estamos vivendo, porque se nós temos muitos subservientes na ARENA, temos também muita gente que bate palmas, na ARENA, porém, vemos muita gente do MDB que lá está, somente para enfeitar o MDB, eis que, jamais ouvi eles falarem qualquer coisa em favor da nossa lavoura ou alguma coisa que viesse resolver os nossos problemas, alguns Deputados mesmo da Bancada de Vossa Excelência no Congresso Nacional. Nós não podemos criticar um partido que é uma estrutura, por uma condição que aí está. Sempre, e não agora, depois da Abertura de fevereiro para cá, a minha palavra, nestes nove, dez anos, em que sou Deputado, foi a mesma!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, mas adverte o orador que se encontra na tribuna, que o seu tempo está esgotado.

A Mesa consulta a Liderança da ARENA se deseja fazer uso da palavra.

A Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Ruben Valduga, inscrito.

O SR. RUBEN VALDUGA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para registrar um fato doloroso que foi o falecimento do líder sindical, Francisco de Assis Evangelista, Presidente do Sindicato dos Carregadores de Café e Ensacadores de Londrina.

Foi realmente com profundo pesar que vi o passamento

desse cidadão, homem simples, que conseguiu fazer daquele sindicato composto de pessoas de profunda simplicidade, dedicada às tarefas mais humildes e mais primárias, conseguiu fazer um sindicato altaneiro e se tornar em Londrina, realmente o líder sindical maior, um homem que conseguiu não só o seu sindicato, mas aos demais trabalhadores e às demais categorias profissionais para amparo nos seus movimentos e também nos seus órgãos assistenciais.

O líder sindical, Francisco Evangelista, conseguiu criar em seu sindicato, um atendimento social a seus associados, que ninguém, nenhuma instituição, quer patronal quer sindical, em Londrina conseguiu.

Fez ali um trabalho de atendimento social, tratamento dentário, tratamento médico da melhor qualidade, do melhor nível. Recordo-me até de uma ocasião que alguém me pedira que recomendasse algum órgão a um dentista que fosse trabalhar. Eu disse: "Eu conheço. O Sindicato dos Ensacadores é que está precisando". E o dentista disse: "Eu não vou trabalhar, porque lá realmente a coisa é puxada".

Então, este é um fato que cito apenas para lembrar a importância, a seriedade do trabalho feito por esse grande líder sindical que infelizmente, tragicamente e covardemente caiu, mas deixa um trabalho imenso, deixa um caudal de realizações e além da sua condição de Presidente do Sindicato de Londrina, era também Secretário Geral da Confederação Nacional dos Ensacadores e Carregadores de Café.

Essa é a nota que gostaria de registrar aqui na Casa e faço um requerimento por escrito para que seja dirigido a sua categoria e aos seus familiares.

Outro registro que faço é do aniversário que transcorre amanhã, da cidade de Bandeirantes, a qual tenho a honra de representar aqui nesta Assembléia.

Bandeirantes, pela pujança que tem, como segunda cidade em importância aqui no Paraná, na produção de cana, por si só fala de sua grandeza.

Peço, portanto, da mesma forma, que seja registrado aqui nos Anais da Casa e seja transmitido ao Prefeito daquela cidade, um voto de louvor e um voto de congratulações pelo aniversário que transcorre, na cidade de Bandeirantes, amanhã.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário restante da Liderança da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltamos nesta tarde à tribuna, para requerermos um voto de congratulações ao clube esportivo União, da Cidade de Francisco Beltrão.

No último domingo, num encontro entre aquele Clube com o Clube de Cascavel, sagrou-se campeão o Clube Esportivo União de nossa cidade, tornando-se assim, já campeão da primeira divisão de profissionais por antecipação e possibilitando desta forma o ingresso na divisão especial de Futebol do Paraná.

A partida foi uma verdadeira demonstração de esportividade, colocando assim a região do Sudoeste do Estado em posição de destaque e por este feito, estamos enviando à Casa, um voto de congratulações na pessoa do seu presidente, Sr. Nelson Behne, demonstrando nosso reconhecimento na condição de representante daquela região, pelo feito de seus atletas, dirigentes e do povo daquele município e região.

Queremos da mesma forma registrar nesta tarde, como um dos representantes do Sudoeste do nosso Estado, encaminhar também um requerimento, pedindo um voto de regozijo pelo transcurso do 16.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Realeza, data vênica, respeitando o representante que mantém o comando político daquela região. Nós que também nos incluímos entre os homens que participam do desbravamento e fundação daquele município porque tam-

bém representamos nesta Casa, considerável parcela do povo daquela comunidade, não poderíamos deixar de aqui registrar o transcurso do 16.º aniversário de emancipação política de cidade caçula da região que é Realeza. Cidade esta que graças à fertilidade do seu solo, à vontade férrea de sua gente, se destaca como líder daquela micro-região.

Destacamos aqui e pedimos à Casa, através de requerimento que estamos encaminhando, um voto de regozijo na pessoa do administrador municipal, Sr. Francisco Dors e também, ao Presidente do Legislativo Municipal e demais Pares daquela Casa. Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso de seu horário.

A Mesa concede a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Participando por delegação da liderança do Partido, de reunião do comitê de solidariedade aos trabalhadores, na noite de ontem, tivemos mais elementos concisos para melhor nos posicionarmos ante a luta dos metalúrgicos desta Capital.

Sr. Presidente, diante do impasse para uma solução fora da pressão de uma greve da classe, várias tentativas de acordo ao longo dos últimos 60 dias, foram aos poucos fracassando. E, no instante em que após 14 anos, a categoria classista do Paraná entra em greve de maneira organizada, pacífica e completa, não podemos ficar ausente do movimento, principalmente aqueles brasileiros, políticos ou não, que se preocupam com a situação dos menos privilegiados pela sorte. E mais ainda, Sr. Presidente, os emedebistas, ao longo dos 15 anos, defenderam os interesses dos trabalhadores, lutando sempre pelo respeito ao direito de greve e condenando, com veemência, a política salarial vigente, verdadeiramente injusta, acumuladora de desajustes sociais e causadora da situação de miséria absoluta em que vive o proletariado brasileiro.

Evidentemente que nesses anos, a greve no Brasil como em outros países do mundo, foi aos poucos sendo conquistada, e mais ainda, passou a ser uma verdadeira válvula de segurança para o próprio sistema capitalista; pois, a greve evita o pior, evita a explosão.

E assim, os movimentos grevistas passaram a ter duas grandes conotações principalmente nos países subdesenvolvidos, como o Brasil. De um lado, como instrumento de reivindicação e de outro, como instrumento também de denúncia dos graves desajustes sociais.

Eis porque a greve é um instrumento necessário na luta capital-trabalho, como também torna-se instrumento eficiente quando enfrenta-se a insensibilidade do patrão. E como no Brasil, ainda pior, soma-se à insensibilidade do empregador, o Estado como forte, opressor e violento, colaborando, muitas vezes, para colocar a polícia nas ruas, constranger o reivindicante e, quando não, indo às violências físicas as mais diversas.

Mas, Sr. Presidente, às vezes, chegamos ao absurdo de vermos autoridades, pessoas e notícias, procurando ver nos movimentos paredistas infiltrações de terceiros e de interesses estranhos à classe. Tais posições, evidentemente, procuram minimizar a gravidade da situação social do País.

Inclusive, quando os metalúrgicos de Curitiba, aproximadamente 30 mil, param as fábricas do setor, devemos trazer a público, o trabalho de Comitê de solidariedade. Comitê de solidariedade, inicialmente formado para se solidarizar com os metalúrgicos e médicos residentes, estes que estavam prestes a paralisar suas atividades, e aqueles que agora vêm e param o seu trabalho.

Mas, Sr. Presidente, esse Comitê de Solidariedade pretende ser permanente, auxiliando todas as categorias sociais que

venham a lutar pela melhoria das condições de vida e é por esta razão, e vale aqui clarear a constituição deste Comitê e quem compõe a sua estrutura funcional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, bem sabemos que há quem interessa neste instante, ver infiltrações efetivamente, infiltrações no movimento. Porque por certo, o movimento grevista dos metalúrgicos de Curitiba, poderá se desdobrar em duas fases: a primeira de maneira legal — como está acontecendo — aliás, nos últimos quinze anos, é a segunda greve no âmbito nacional, que legalmente é constituída e se realiza. Mas, também sabemos que poderá surgir a segunda fase desse movimento, que é a sua ilegalidade, dada as pressões e normalmente, posições que o próprio Tribunal do Trabalho, toma nesses casos.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos deixar claro, inclusive a presença do Movimento Democrático Brasileiro neste Comitê, porque ele é formado por diversas entidades e de inúmeros movimentos. Destacando-se o Comitê de Anistia de Curitiba; o CEBES; o CEPAED; o DCE-LIVRE; DACISA; DARP; DAAT; DAST; Núcleo de Comunicação Católica; 23 Associações dos Bairros de Curitiba; MOIB; Sociedade Paranaense de Sociólogos; SPS; a Pastoral do Trabalho; Comissão de Justiça e Paz; MDB Metropolitano e Regional entre outras.

A Constituição deste Comitê, Sr. Presidente, Srs. Deputados foi através de uma eleição, através de uma presença em assembléia, de todas essas entidades, coordenada pelo Comitê de Anistia, núcleo Curitiba. E evidentemente, que quase todas as entidades e movimento, a um representante ao menos; e é lógico que o Movimento Democrático Brasileiro, neste comitê tem sua presença. Mas o que se busca através deste Comitê? Nada mais nada menos do que o apoio moral e material porque toda a organização, toda a funcionalidade e decisão quando à realização do movimento grevista partiu dos metalúrgicos, através da coordenação do Comando de Greve e dos seus sindicatos, o sindicato da sua categoria. E as principais tarefas deste Comitê, Sr. Presidente, que como se vê compõem-se de mais de 30 entidades e outros movimentos; busca recolher valores, alimentos e outros objetos, para o fundo de greve, bem como colocar advogados à disposição do Comando de Greve, o recolhimento de alimentos inclusive, está sendo feito através do trabalho deste comitê, junto a uma sala, especialmente cedida e que funciona na Igreja de Guadalupe. Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Comitê de solidariedade possui uma conta bancária de n.º 20.127.7, no Banco do Estado do Paraná S.A. - Agência Murici, para lá serem canalizadas os valores e as verbas de quem quer colaborar com esse movimento dos trabalhadores, do setor metalúrgico, do Paraná.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

A propósito do seu pronunciamento, nobre Deputado, o Diretório Regional do MDB expediu, na tarde de hoje, nota oficial, que apresenta o seguinte teor: "Os Metalúrgicos Paranaenses encontram-se em greve, reivindicando melhores salários. É lamentável verificar que o trabalhador brasileiro tenha de chegar a tais limites, para a defesa de seu mais elementar direito: o de sobrevivência. Enquanto isto ocorre, os grandes grupos financeiros, falidos e pré-falidos, lesam os cofres públicos, com mais de 30 bilhões de cruzeiros, importância superior ao Orçamento de 1979, em oito Estados de nossa moribunda Federação. O trabalhador que reclama melhores salários é reprimido nas ruas, e até no interior de igrejas, pela violência policial. Paga, às vezes, com a própria vida, — como recentemente ocorreu em São Paulo, — um elevado preço por suas mínimas pretensões. Já os responsáveis pelos grandes grupos financeiros, que roubaram, e continuam roubando o povo, acobertados pelo Governo, passeiam impunes

a sua vergonhosa e bem nutrida abundância, pois para os protegidos do regime, a lei penal não existe.

São os extremos da triste realidade brasileira, ditados por um modelo econômico iníquo e radical, que divide a Nação entre a imensa maioria que nada pode, e uma pequena minoria à qual tudo é permitido. Nestas circunstâncias, o Diretório Regional do MDB no Paraná, acompanha com expectativa o movimento grevista dos metalúrgicos do nosso Estado, hipotecando-lhes integral solidariedade, na luta que desenvolvem para a melhoria de suas insuportáveis condições salariais".

Esta, a nota oficial do Diretório Regional do MDB, no Paraná, expedida na tarde de hoje, e que vem assinada pelo Presidente, Deputado Sebastião Rodrigues.

Era isso, nobre Deputado.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Agradeço o aparte, e essa nota vem, efetivamente, reafirmar a posição do nosso Partido, ao longo desses anos, que sempre e sempre se colocou ao lado do trabalhador, da luta dos economicamente mais fracos, e principalmente, valorizando o direito reivindicante, o direito de greve que é, efetivamente hoje, após o Tratado de Versalhes, há tantos anos assinado, considerado um dos direitos universais do trabalhador mundial.

Eu continuo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para evidenciar que, em verdade, o...

O Sr. Gabriel Manoel -- Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. NELTON FRIDEICH -- ... movimento de solidariedade para a luta operária dos metalúrgicos...

O Sr. Lineu Turra -- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado, que tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Sr. Presidente, tendo apenas um minuto, pediria só para concluir, e fornecer trinta por cento deste meu tempo, ou cinquenta por cento ao Deputado Lineu Turra, para então, concluir o trabalho.

O Sr. Lineu Turra -- Muito obrigado.

Nós estamos acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, e realmente, nobre Deputado, ao longo destes quinze anos, o que temos assistido é o Governo muito sensível a atender aos grandes grupos, àqueles que dominam este País e impõe à Nação as condições econômicas e sociais que lhes servem. Nós temos assistido.

Entretanto, do outro lado, nós vemos o povo sofrido, mendigando, sem encontrar nos seus apelos a sensibilidade do Governo.

E, por isso, nós até repetimos aqui aquilo que já dizia um grande sociólogo brasileiro, que "o Governo para atender aos pobres, aos necessitados, aos homens humildes e que produzem o progresso deste País, ele tem o coração duro como beijo de sino, mas para atender aos poderosos, aqueles que lhe servem, ele o tem mole como mão desossada.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Agradeço e conclui, pedindo desculpas ao Deputado, por não lhe conceder o aparte.

Mas, conclamo aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerrando esta posição, que este movimento de solidariedade, o Comitê de Solidariedade está aberto para todos, Deputados da ARENA e do MDB, todos os segmentos sociais, todas as categorias profissionais, a toda a população, para colaborar com esse Comitê, porque não tem nenhuma conotação a não ser a de auxiliar a luta operária dos metalúrgicos.

Inclusive, fica aqui, a solicitação desse Comitê, com essa conta bancária, cujo número referimos, para que dêem até a solidariedade material, depositando na conta número 20127.7 da agência bancária do Banco do Estado do Paraná - Murici, os valores tão necessários àqueles tranalhadores. Seria a maneira de darmos o testemunho de que estamos, efetivamente, a favor

dos trabalhadores.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que está formada uma Comissão de Deputados, que, voluntariamente, pretendem visitar os sub-comandos de greve, ainda esta tarde, e convidamos aqui os Deputados da ARENA e do MDB para que façam parte dessa comitiva que visitará o sub-comando da greve dos metalúrgicos desta Capital.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. -- **Apoiado.** -- Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO DISCUSSÃO ÚNICA -- da Proposição nº 146/79, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 71/79, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "Diretório Acadêmico Octávio Mazzioti", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- (Pela ordem) Sr. Presidente, foi retirado da Ordem do Dia, a proposição que Vossa Excelência acaba de colocar em votação, e o foi por quatro sessões.

Ocorre, Sr. Presidente, que hoje é apenas a terceira sessão. Acresce ainda, a circunstância que o autor do projeto, Deputado Tadeu Lúcio Machado, não se encontra presente.

Razão pela qual, solicito a Vossa Excelência que faça cumprir o teor do requerimento que solicitou a retirada do projeto por quatro sessões.

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) Procede a Questão de Ordem do nobre Deputado.

Conseqüentemente, a Mesa retira da Ordem do Dia de hoje, a Proposição número 146/79, e será a mesma incluída na próxima sessão.

REDAÇÃO FINAL -- do Projeto de Lei nº 143/79, que declara de utilidade pública o "Seminário São José de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. -- **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 143/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º -- Fica declarado de utilidade pública o SEMINÁRIO SÃO JOSÉ DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL -- do Projeto de Lei nº 144/79, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mandaguacu, área de terra que especifica. -- **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 144/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º -- Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao

ao Município de Mandaguáçu, o lote de terra nº 26, da Quadra F, da Vila Alto da Glória, com área de 482,02 metros quadrados, que se destinava a construção do Fórum local.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 147/79, que autoriza o Poder Executivo a permutar com o Município de Foz do Iguaçu, lotes conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 147/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar com o Município de Foz do Iguaçu, dispensada a avaliação prévia, os lotes números 12 e 13 da Quadra 01, da Zona "C", localizados na Rua Rio Branco, esquina com a Rua 10 de Junho, na cidade de Foz do Iguaçu, com área total de 3.600 m², e respectivas edificações, de propriedade do Estado, por 10 (dez) lotes de terreno de 15,00 x 30,00 m², e mais três lotes de 20,00 x 30,00 m², com a área total de 6.300 m², do loteamento da Prefeitura, situados à margem do acesso à BR-277, de propriedade do referido município.

Parágrafo único — O Poder Executivo, no ato da permuta, fará constar cláusula estabelecendo a obrigação do Município de Foz do Iguaçu, construir na área recebida em troca, três casas e um alojamento em alvenaria, no valor mínimo de Cr\$.. 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), destinados à localização da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 157/79, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Doutor Cláudio Nunes do Nascimento, MM Juiz do Tribunal de Alçada. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 157/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Desembargador CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 145/79 - Mensagem Governamental nº 115/79, que aprova Proposta do Orçamento Geral do Estado, para o exercício financeiro de 1980. Parecer Favorável da C.O., publicado em avulso. —

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A história do Direito Orçamentário, cujo embrião buscamos na Magna Carta outorgada em 1215, por João Sem Terra, é uma seqüência de reivindicações parlamentares e de conquistas democráticas.

E foi em nosso País a Constituinte de 1.823, e na Constituição de 1.824, que determinou-se a doutrina que o Orçamento seria votado pelo Parlamento.

O magnífico projeto constitucional apresentado por Antônio Carlos à Constituinte de 1823, já firmava os princípios de anualidade, organização de proposta, especialização, fiscalização, prestação de contas, entre outras exigências. E, felizmente, o nosso Parlamento foi zeloso na manutenção destes princípios relevando sempre erudita competência no exame da matéria.

Mas, aqui cabe lembrar a chamada "DOCTRINA BARBELHO": "Não se pode dizer livre o povo que por seus mandatários não fixa ao governo o limite que este não deve ultrapassar, do sacrifício imposto a cada cidadão de uma parte de seus haveres em troca de vantagens sociais que se esperam do Estado".

E é aqui que ocorre, o que sempre condenamos, pois vivemos a fase do arbítrio, da prepotência, da sanha incomensurável dos administradores que não foram eleitos pelo povo, dos que não mereceram a fiança do voto popular, a nos enviarem para que nós simplesmente avalizemos ou referendemos aquilo que eles pretendem fazer, não aquilo que o povo através de seus representantes desejam e esperam que seja feito.

É a própria legislação atualmente vigente que proíbe que o povo participe da elaboração orçamentária, senão vejamos o que diz o art. 33 da Lei 4320, de 17/03/64, a qual também é mais uma colcha de retalhos, pois sofreu inúmeras modificações na escola do arbítrio nesses longos e sofridos quinze anos de ditadura pelos quais passou o País, e diga-se de passagem, que é a única lei que foi modificada até por portaria, como ocorreu com a Portaria 09, de 28/01/74, de 12 de março de 1975, 4 de 12/08/76, 25, de 14/07/76, 38, de junho de 1978, Portaria SOF número 15, de 20/06/78, Portaria 19, de 22/08/78.

Diz textualmente o Art. 33 da Lei 4320: "Não se admitirão emendas ao Projeto da Lei do Orçamento que visem a:

1). Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta; Como poderíamos, Srs. Deputados, provar a inexatidão da proposta, se não fomos nenhuma vez consultados quando da elaboração da proposta orçamentária em tela?

Mas, o que nos assusta no presente Orçamento, é simplesmente o percentual das despesas de custeio, isto é, num orçamento onde o total de sua despesa é de Cr\$ 34.500.000.000,00, como prova a soma de consolidação geral da despesa, tenha uma despesa de custeio da ordem de Cr\$ 11.633.155.060,00, o que representa 33,71 por cento do total da despesa orçamentária. E note-se ainda, que do total desse custeio, se gastará somente em pessoal a importância de Cr\$ 9.484.830.700,00, o que representa um percentual de 81,53 por cento da Despesa de Custeio, ou 27,81 por cento do total da Despesa Orçamentária prevista.

Some-se a isso a importância colocada em Transferências Correntes no item 3.2.1.1.01 - especificamente para Custeio de Pessoal e Encargos Sociais que é da ordem de Cr\$ 3.146.728,00, o que aumentaria o índice acima de 27,81% para 48,24% da despesa de custeio em 1980, e a despesa de pessoal e encargos sociais passaria para 108,41% da despesa de Custeio.

E, para que se esclareça em definitivo vamos mais uma vez repetir a legislação: "Não se admitirão emendas que visem alterar a dotação prevista para despesas de custeio, salvo se comprovado, neste ponto, a inexatidão da proposta".

Pasmem, Srs. Deputados, que se trocou somente as subcategorias econômicas da despesa, isto é, 3.1.0.0. Despesa de Custeio, por 3.2.0.0. Transferências Correntes, acrescentando à mesma o elemento 3.2.1.0 Transferências Intragovernamentais, mais o sub-elemento 3.2.1.1. Transferências Operacionais, mais o item 01 Transferências a entidades estaduais para o custeio de pessoal e encargos sociais e teremos por certo, burlado a legislação vigente.

Não se fala ainda das subvenções a Empresas Estaduais, e

outras que por certo receberão custeio de pessoal e encargos sociais.

Mas vamos à segunda proibição prevista na legislação vigente que é a Lei 4320, no seu item b), do art. 33:

"Conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes".

Nós, Srs. Deputados, legítimos representantes do povo, eleitos que fomos pelas nossas regiões, portanto profundos conhecedores das necessidades e dos problemas que afligem a nossa gente, não temos nenhum direito de reivindicar por eles, quando da elaboração orçamentária que é, em suma, o traçado da vida e do destino econômico e financeiro de um ano em todo o Estado, e, portanto, da vida daqueles que nesse Estado residem e trabalham.

E aqui muitos poderão dizer que poderemos sugerir quando da fase de sua elaboração, mas daí temos que lembrar que nossas sugestões, as quais são feitas através de requerimento, estes muitas vezes, aprovados por esta Casa de Leis, jamais merecem o encaminhamento satisfatório, e hoje estamos aqui, somente para referendar o "enlatado" que nos enviou o Poder Executivo, e espera que o mesmo seja "ingerido" como ele nos foi fornecido, daí a nossa crítica, o nosso desgosto, a nossa repulsa por tudo aquilo onde não se ouve o povo, pois "se o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido", ele deve ser sempre consultado, e por isso é que estamos aqui nesta Casa, para que o povo possa ser ouvido sempre e enquanto isso não ocorrer, estaremos, nesta tribuna, denunciando que neste País não se quer ouvir o povo, pois se teme o seu veredito, o seu poder e os seus direitos.

O terceiro e o quarto itens do art. 33 da Lei 4320, não merecem maior análise, pois repetem as proibições esdrúxulas dos dois primeiros, que tem como único escopo tirar do Poder Legislativo, os meios de poder introduzir modificações no orçamento que somente viria a melhorar a situação do povo desse Estado.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Darcy Deitos, realmente a Assembléia Legislativa ou o Poder Legislativo, de modo geral, na oportunidade de apreciar uma peça fundamental para a vida do Estado, do País, que é o Orçamento Geral, é um Poder que praticamente nada pode, um Poder inútil. Nesta oportunidade é que nós, Deputados, representantes do povo, ficamos vendo a inutilidade de nossa presença nesta Casa.

Ora, desde as leis que garantem ao cidadão que paga o imposto, as leis fundamentais que criaram os direitos dos homens em sociedade, garantem o direito de fiscalizar e de participar na administração pública, de uma forma pelo menos indireta, através de seus representantes, ajudando na elaboração da peça fundamental para arrecadação e distribuição dos recursos arrecadados em benefício do povo.

Então, o que nós assistimos nesta fase da vida brasileira, em que o Poder Executivo centralizou, enfeixou em suas mãos todos os poderes de administração de mando do País, os outros Poderes ficaram completamente sem ter nada o que fazer, e o Orçamento, que antes o Poder Legislativo podia opinar, até a vigência da Constituição de 1946, apresentar planos de aplicação da receita.

Porque naturalmente, os Deputados que convivem com as suas regiões, que convivem com o povo, com os seus representantes, é que estão em condições de transmitir aos administradores os anseios daquelas regiões e do povo que eles representam. Mas nós aqui, o que vimos assistindo e vendo nos orçamentos, é uma distribuição discricionária e injusta da receita, e o esbanjamento em muitos setores, da administração pública, inclusive como nós estamos assistindo, numa aplicação de recursos para promoção daqueles que estão investidos nos Poderes da Administração.

Por exemplo, na Administração Federal, nós vemos agora, e ainda há pouco foi denunciado, um Ministro pretendendo aplicar uma soma vultosa praticamente toda a verba do seu Ministério, apenas em publicidade, preocupado em projetar a sua imagem. Nós vemos, por exemplo, o Presidente da República gastando dinheiro "a bangu", como se diz, para projetar a sua imagem.

Que necessidade o Presidente ou um Governador de Estado tem de projetar a sua pessoa, que é efêmero numa administração, tão suntuosamente, e até acintosamente, perante não só aos homens que estão do outro lado da sua filosofia de administração, mas perante os seus próprios companheiros que muitos deles são marginalizados no processo.

Realmente, o que nós temos assistido neste País é um descaramento e uma injustiça total na aplicação da receita pública e também porque não dizer, na imposição de tributos a esta Nação, que já não suporta mais, e verificamos ainda há pouco, a vergonha por que passou até o Congresso Nacional, em ter que ficar atravessado na garganta com um Decreto Lei que instituiu a Taxa Rodoviária Nacional.

Era esse o aparte que eu tinha a oferecer a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o aparte, eminente Deputado Lineu Turra, mas Vossa Excelência colocou muito bem que este é um Poder sem poder. E o povo precisava saber disso, o povo precisava participar politicamente, para ver que dentro desse sistema indecoroso, como disse o eminente Deputado Waldyr Pugliesi em aparte ao pronunciamento do Deputado Lázaro Dumont, desta tarde.

Precisa o povo saber que tem que participar politicamente, para que o Poder não fique enfeixado nas mãos dos administradores, dos executivos que tomaram o poder para si, nesta Nação, e outro dia, quando esta Casa recebia a visita de uma Comissão Parlamentar da Alemanha Ocidental, e eis que fizeram a seguinte pergunta, a todos os Deputados que estavam presentes, de como é que funcionava a Comissão de Orçamento, do Parlamento paranaense, e conseqüentemente brasileiro? E quando eles, que, na sua delegação, acompanhavam um dos Deputados responsáveis pelo Orçamento alemão, quando ele tomou conhecimento de que nós aqui não temos poderes para emendar uma vírgula sequer do Orçamento apresentado pelo Governo, eles riram. Riram na nossa cara, porque viram que o Poder Legislativo brasileiro, com esse sistema que está implantado, é um Poder que nada vale, que nada pode fazer, em prol do povo.

E quando, principalmente nós, da Oposição, nós que somos minoria nesta Casa, como somos minoria quase que em todas as Assembléias desta Nação, reivindicamos alguma coisa para o povo da nossa região ou da nossa cidade, levantam-se determinados Deputados a dizer que nós estamos nos ingerindo nos problemas de mando político, quando pedimos alguma coisa em prol do povo. Isto é um absurdo. Isto é um absurdo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que continue a imperar na Nação brasileira esse sistema indecoroso e indecente.

Mas, prossigo, Sr. Presidente, mas, deixemos de analisar a Consolidação Geral da Despesa, para analisarmos as Despesas por Função e Categoria Econômica, trazida pelo presente Orçamento para análise nesta Casa, onde para não dizer cansativo destacaremos a função "Agricultura".

Todos nós sabemos sobejamente sabedores que o Paraná é um Estado essencialmente agrícola, e que por essa razão é chamado de "Celeiro do Brasil", e é com tristeza que vejo no presente Orçamento, para a Função Agricultura, destacada a irrisória importância de Cr\$ 1.844.277.000,00, o que representa apenas 4,42 por cento do total previsto de despesa orçamentária. E o que é mais grave ainda, desse total gastar-se-á Cr\$ 1.610.641.000,00 em Despesas Correntes, isto é, 86,79

por cento, sendo que para despesa de Capital, somente Cr\$ 233.633.000,00, o que representa somente 13,21 por cento do total da função agricultura.

Essa análise nos permite afirmar que a nossa agricultura mais uma vez será deixada em segundo plano, e que o homem do campo, esse sofrido personagem da história de nosso Estado, mais uma vez terá que amargar o seu destino sempre crucial, que é o do fazendeiro se transformando em pequeno proprietário rural, de pequeno proprietário rural em trabalhador rural, de trabalhador rural em "bóia-fria", e de "boia-fria" em indivíduo fadado a naufragar nas amargas ondas da vida, sem lar, sem escola, sem saúde, sem esperança, sem nada, enfim.

Esse é o quadro que desenhamos após uma análise dessa peça fantástica chamada "Orçamento Geral do Estado", com 653 páginas, cheias de números, tecnicamente maravilhoso aos olhos dos "Tecnocratas" deste Estado, onde a meta prioritária é o homem, mas que não concordamos por não aceitar os seus números, os seus programas, subprogramas, projetos, atividades, elementos, subelementos, itens, subitens, porque eles não trarão a felicidade ao homem paranaense, mas trarão sim, mais um ano de desesperança, de infortúnio a milhares de irmãos nossos, que com seu suor tem engrandecido não só o nosso Estado, mas todo o nosso País.

Deixamos de analisar as outras funções do governo, porque a realidade apresentada na função agricultura é o espelho dos demais.

E, para finalizar, somente temos que dizer que o "João Sem Terra", que nos deu o Orçamento ao longo da história, não chore pelos "Joãos Sem Terras" de meu Estado, que não terão assistência necessária no exercício de 1980.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvindo com atenção a participação do Deputado Darcy Deitos nesta tribuna, ao analisar a proposta orçamentária que hoje votamos, notamos a sua preocupação em destacar a inoperância do Poder Legislativo na tramitação desta matéria.

Quero acrescentar, no entanto, que ao longo dos cinco anos que estamos nesta Casa, sempre nos preocupamos em estar presentes em toda a tramitação da proposta orçamentária no Poder Legislativo Estadual, apresentando emendas junto à Comissão de Orçamento; procurando, de todas as maneiras, revitalizar o Poder Legislativo, ao qual pertencemos, para que possamos, no decorrer do exercício financeiro do ano seguinte, estar também aqui, nesta tribuna, atentos à execução financeira e orçamentária do Estado do Paraná.

Não foi diferente neste ano de 1979, onde comparecemos à Comissão de Orçamento e apresentamos onze emendas, quase todas visando a valorização do Poder Legislativo Estadual.

A primeira delas, referia-se à consignação específica de verbas para a concessão de bolsas de estudo, dando prosseguimento a uma resolução que esta Casa tem, de nossa autoria, regulamentando a concessão de bolsas de estudo. A esta, tivemos a satisfação de receber o parecer favorável do eminente Relator, Deputado Egon Pudell; às demais, quase todas, a de número 2, a de número 3, a mais importante, porque visava substituir no art. 7.º do projeto de lei orçamentário, a expressão "trinta por cento" pela "quinze por cento".

E justificávamos a emenda: "O que se pretende é limitar a autonomia do Poder Executivo em abrir créditos suplementares sem anuência do Poder legisferante". Pois, entendemos que toda abertura de crédito suplementar deverá receber o crivo

desta Casa de Leis.

Compreendemos, no entanto, que em circunstâncias de emergência, poderá a autoridade governamental fazer uso dessa prerrogativa, dentro do limite proposto.

Como em todos os anos anteriores, recebemos também o parecer contrário na Comissão de Orçamento, sendo este parecer definitivo, indo a nossa emenda simplesmente para o arquivo, sem a oportunidade de discutí-la, estudá-la em plenário.

Ao fazer esta colocação, vejamos, Srs. Deputados, o Governador recebe um orçamento de 41 bilhões, 708 milhões e quebrados, para usar como quiser. Porque, além da flexibilidade orçamentária que já é a proposta que vem a esta Casa, Sua Excelência recebe ainda, uma autorização por antecipação, da Assembléia Legislativa, de manusear como quiser, mais trinta por cento do total arrecadado.

E este ano as coisas pioraram. Em um dos artigos, Sua Excelência delega ao Sr. Secretário do Planejamento, para que ele faça as modificações orçamentárias em seu nome.

Mas, isso, Srs. Deputados, é feito com a nossa autorização, por antecipação.

Portanto, ficamos nós, do Poder Legislativo, distanciados muito mais ainda, da condição de fiscalizar, já que não temos a condição de opinar na elaboração da proposta orçamentária.

O Sr. Governador, por vezes, não saberá, nem ele mesmo, a quantas anda a execução orçamentária do Estado. Porque ele propõe, na Lei, e esta Assembléia aprova, que o seu Secretário de Planejamento absorva a sua condição e pode baixar decretos suplementando verbas até trinta por cento dos 41 bilhões de cruzeiros, sem que nem mesmo o Sr. Governador saiba, sem que esta Assembléia possa tomar conhecimento, ou melhor, com esta Assembléia sabendo disso, porque estamos aprovando a lei.

Portanto, estamos cada dia mais ajoelhados, mais impedidos, por nós mesmos, de exercer o nosso mandato em sua plenitude.

Na emenda número 4, que apresentamos, diz o artigo quarto, da proposta Orçamentária: "O Poder Executivo poderá tomar as medidas necessárias para manter dispêndios compatíveis com comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal 4320".

"A realizar operações de crédito - esta é uma outra autorização - por antecipação da receita, mediante emissão de Título de Dívida Pública Flutuante e empréstimo bancário, de acordo com o artigo 37 da Emenda Constitucional número 3 do Estado do Paraná, e Resolução do Senado Federal".

E pretendíamos, com uma emenda apresentada, acrescentar neste artigo quarto: "O Poder Executivo, mediante autorização legislativa, poderá tomar essas medidas".

É mais uma atitude que, se aprovada pela Assembléia Legislativa, viria, aí sim, valorizar o mandato do Deputado Estadual.

De acordo com a Lei 4320, de acordo com a Constituição também, estamos realmente impedidos de apresentar emendas, ou qualquer projeto que aumentasse despesas. Mas, não estamos impedidos, o Poder Legislativo não está impedido de mudar a Lei Orçamentária. Não se pode confundir a apresentação de emendas no corpo das Dotações Específicas dentro dos Projetos e das funções, com as Emendas apresentadas no corpo da Lei Orçamentária; no entanto, todas as Emendas que apresentamos no corpo da lei também foram rejeitadas pela Comissão de Orçamento, e a sua decisão é definitiva, conforme a legislação em vigor.

Há ainda uma outra emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Emenda número 8, que diz no enunciado programático do Código do órgão do Tribunal de Justiça "após a expressão que "compreendem cerca de seis construções", incluir a expressão INCLUSIVE O NOVO FÓRUM DE MARINGÁ".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, aqui, também não estávamos a aumentar despesas e nem a criar novas obras a serem construídas, porque estávamos simplesmente nominando um dos seus Fóruns a serem construídos.

Na mensagem do Sr. Governador, que ele manda a esta Casa, diz que vai construir seis Fóruns, mas não diz onde, nem sequer explica para esta Casa quais as cidades que terão a oportunidade de receber os novos prédios de Fóruns, para melhor acomodamento da Justiça. Todos sabem que é uma luta constante da comunidade maringaense, as precárias instalações do Fórum da Comarca de Maringá. Não há condições sequer de salas de Juízes, não há sala de Promotor, não há salas de Advogados; é um amontoado de gente a trabalhar e a correr pelos corredores, inclusive alugando prédios de particulares para um funcionamento precário da Justiça, em nossa Comarca.

No Orçamento de 79, nós tivemos oportunidade de aprovar uma emenda consignando recurso específico para a construção do Fórum de Maringá.

No entanto, estamos vendo decorrer todo o exercício financeiro de 79, e não tivemos a oportunidade sequer de ver a concorrência pública aberta para a edificação daquele novo edifício do Fórum.

E é por isto que apresentamos a Emenda número onze, que visava transferir para a EMOPAR, empresa pública criada por esta Casa, para construir todos os órgãos públicos e todas as obras públicas deste Estado, sob cuja fiscalização está, inclusive o Poder Legislativo Estadual que, para construir o seu Anexo, é obrigado, apesar da dotação ser específica para o Poder Legislativo, é obrigada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a contratar com a EMOPAR, para construir o seu edifício anexo. Por que então, se é que existe realmente a igualdade e a respeitabilidade entre os três Poderes, por que é que o Poder Legislativo tem que ficar a obedecer as normas do Poder Executivo, para a construção de uma obra, e o Poder Judiciário constrói sob sua administração direta? Não tem que dar nenhuma satisfação ao Poder Executivo? E quando nós pedimos aqui a construção do Fórum, com requerimentos para o Governador, recebemos sempre, a informação que as construções da Justiça são destinadas e são as prioridades, pelo próprio Tribunal de Justiça do Paraná, não tendo o Poder Executivo sobre isso, nenhuma influência.

No entanto, não é isso o que ocorre, quando se inauguram Fóruns no interior do Estado, porque lá sim, comparecem o Sr. Governador e os Srs. Deputados da Situação, e dizem que é uma obra do Estado do Paraná, e que é o Poder Executivo que está a construir.

Mas nós sabemos, estudando o orçamento, que não tem nada a ver as obras do Tribunal de Justiça, com o Poder Executivo Estadual, porque, rejeitada também foi a emenda número 11, impedindo que as obras do Tribunal de Justiça ficassem sob orientação e fiscalização da EMOPAR, aí sim nós poderíamos cobrar do Governo Estadual, a edificação, não apenas do Fórum de Maringá, que conheço bem, porque de lá sou oriundo, mas de todas as obras destinadas à Justiça, neste Estado, nós podíamos cobrá-la do Governo Estadual.

Uma outra emenda, Srs. Deputados, é referente às Universidades de Maringá e de Londrina. É a terceira vez que apresento uma emenda ao Orçamento, visando compatibilizar as verbas destinadas às Universidades de Londrina e de Maringá.

Tenho recebido críticas dos nobres representantes de Londrina. Dá-se a impressão que nós estamos pretendendo diminuir os recursos destinados a Londrina, e enriquecer a Universidade de Maringá, mas não é isso o que ocorre, porque não temos condições, aí pela Lei, de aumentar a verba para a Universidade de Maringá, senão tirando de uma outra atividade correlata e constante do mesmo programa, e é esta a intenção

quando nós apresentamos a emenda, mesmo sabendo que vai ser rejeitada. É para chamar a atenção dos Srs. Deputados e do Paraná para o problema grave da Universidade Estadual de Maringá.

Não temos tido em Maringá os problemas que a Universidade de Londrina tem. Problemas de crises entre professores e Reitoria. Problemas de crise política interna, de ingerência política do Governo do Estado na vivência e na vida na Universidade de Londrina.

Maringá tem sido mais feliz, é verdade. No entanto, vejam o preço que paga Maringá por isso.

Em 1978, esta Casa aprovou requerimento nosso, pedindo ao Ministério da Educação, pedindo ao Governo do Estado, que ajudasse na criação da Faculdade de Agronomia em Maringá, junto à Universidade Estadual.

Pouco ou quase nada foi feito. No entanto, a partir do momento que a direção da Universidade Estadual de Maringá resolveu criar o Curso de Agronomia em sua Universidade, nós recebemos um presente de grego.

A Universidade de Maringá queria receber 150 milhões de cruzeiros, de dotações, e ao criar o Curso de Agronomia, foi-lhe retirado Cr\$ 30.000.000,00, diminuindo, portanto, a dotação, quase que como um castigo pela coragem da comunidade maringaense em criar mais um Curso em sua Universidade, e diga-se de passagem, curso de alta importância para todo o nosso Estado, alocando na Universidade grande e séria, um curso de formação de profissionais, para melhor aproveitamento de nossos recursos de todo esse Estado do Paraná.

E é essa a intenção ao apresentar a emenda. Porque, vejam também o tratamento diferente. Enquanto Londrina é considerada Fundação que mantém a Universidade de Londrina, é considerada de utilidade pública e registrada no Conselho de Serviço Social, estando, portanto, dispensada de recolher o INPS, a Universidade de Maringá não é, como também não é a Universidade de Ponta Grossa.

Só nesse recolhimento, Maringá poderia construir dois prédios dos que estão projetados, por ano, para melhor acomodação de seus alunos, para melhor acomodação de nossa juventude acadêmica.

Por que Londrina é considerada de utilidade pública federal e recebeu a isenção do recolhimento do INPS, e nós não estamos ao mesmo nível, recebendo também este benefício?

É por isto que a comunidade universitária de Maringá está lutando incansavelmente, fazendo passeatas, foi até receber o Sr. Governador há poucos dias, para pedir o congelamento das anuidades, porque sabe, perfeitamente Maringá, que nós vamos receber, para o exercício de 1980, muito menos do que Londrina, outra vez.

A Universidade de Londrina irá receber, diretamente, uma dotação no valor de 358 milhões de cruzeiros, enquanto que a Universidade de Maringá, que abriga o mesmo número de alunos, irá receber apenas 227 milhões de cruzeiros. Este é o tratamento que nós exigimos para a nossa Universidade, porque não estamos distanciados, nem um pouco, da qualidade de ensino e do número de alunos que Londrina mantém em sua Faculdade.

Enquanto este tratamento é dado ao ensino superior em nosso Estado, discricionariamente, nós vemos, por exemplo, na função Divulgação ou Comunicação Social, como querem, todos os anos, um aumento equivalente a mais de 126 por cento e este ano, o aumento, para Comunicação Social ou Divulgação dos Atos Governamentais, nós tivemos um aumento de dotação de 206 por cento. Portanto, difere o tratamento entre atender universitário e gastar-se em publicidade governamental. E está aqui, na página 137, da Proposta Orçamentária. Pasmem, Srs. Deputados, para divulgação dos atos governamentais, 92 milhões e 855 mil cruzeiros, isto apenas na Casa Civil.

Esta importância apenas no Palácio, na Casa Civil do Governo, sem contar as verbas específicas de cada Secretaria, as verbas específicas e denunciadas aqui, há poucos dias, pelo Deputado Nestor Baptista, da SANEPAR, da TELEPAR, da CELEPAR e tantos outros órgãos correlatos, COPEL...

Vejam bem, 92 milhões e 855 mil cruzeiros para divulgação de atos governamentais.

Poder-se-ia perfeitamente, atender muitas sedes municipais com condições de melhoramentos urbanos, que impedissem o volume de pessoas que saem hoje das pequenas cidades e vêm aumentar o cinturão de miséria nas grandes cidades.

Tenho denunciado ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com frequência, a vultosa verba destinada também na Casa Civil, para uma outra dotação. Reforma e Adaptação das Instalações do Palácio Iguaçu. Esta já está virando novela, porque todos os anos são gastos, para reforma e adaptação do Palácio Iguaçu, em média, cinco milhões de cruzeiros. E para 1980, também consta na página 137, no Código Específico: "Reforma e Adaptações das Instalações do Palácio Iguaçu: 5.855.500."

Eu já perguntei aqui se os tapetes são persas; se as cortinas são de Paris. Porque o volume de despesas é muito grande.

Portanto, Sr. Presidente, para um Governo que em sua Mensagem diz que está voltado para o social, diz que está voltado exclusivamente para atendimento ao homem, nós não entendemos que estas dotações sejam legítimas e que as intenções ditas na Mensagem, sejam concretizadas. Porque os números do Orçamento não dizem isso.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Antônio Facci, ouvindo com muita atenção o seu pronunciamento, deu-me vontade de ir embora.

Deu-me vontade de sair desta Casa, fazer uma auto-crítica e abandonar esta luta.

Porque, ilustre Deputado, a humilhante posição em que se coloca o Legislativo, faz com que esse Poder passe a ser tudo, menos Poder. Passa a ser, efetivamente, um desdobramento do Executivo.

Mas, por incrível que possa parecer, ilustre Deputado, a sorte que todos nós temos, mais ainda a sorte que possui a maioria dos Deputados desta Casa, é de que o povo ignora o que se passa no dia a dia do Poder Legislativo. Porque, se aqueles que nos mandaram para esta Casa, que orgulhosamente dizemos "Casa do Povo", soubessem da situação real do Poder Legislativo, não participaríamos, nós todos, povo e candidato, agora Deputados: é quando nós temos a oportunidade de minorar a problemática. A coisa chega às raias do ridículo, quando nós, que temos determinados mecanismos, embora pequenos, quase insignificantes, não utilizamos tais mecanismos, para então fazer com que esse Poder, para então fazer com que esse Poder tenha alguma coisa próxima, ao menos, do poder efetivo que deveria ter.

Quando Vossa Excelência demonstra o poder de resistência e uma persistência ímpares, fazendo emendas, cada ano, cada legislatura, das que participa, vindo à tribuna, mostrando o quadro, radiografando a realidade, mais uma vez, choca-se contra a parede da subserviência, do entreguismo, da passividade e da omissão.

Porque, ilustre Deputado, é preciso elogiá-lo nesta tarde. Porque tem que ter persistência, resistência, para fazer isso que Vossa Excelência está fazendo, mostrar ao Paraná que 95 milhões de cruzeiros vão ser utilizados no ano que se aproxima, para divulgação dos atos governamentais.

Eu não sei mais se é divulgação ou é outra coisa, nobre Deputado, porque 95 milhões de cruzeiros para divulgar os atos do Governo é efetivamente estorpecedor.

Nós que aprendemos - e talvez aí esteja o grande erro

que temos - aprendemos a misturar a visão humanística com a ciência, e que desde o início aprendemos que o Poder Legislativo seria o Poder com três magistrais funções: a função de fiscalizar, e esta função é extraordinária, porque ela é universal onde atua; a função de legislar, onde deveria ser o grande nascedouro de tudo, o grande nascedouro das leis; e a outra grande função do Poder Legislativo, de representar.

Nós, na verdade, não estamos fazendo nenhuma das funções magistras do Poder Legislativo, porque não estamos fiscalizando, porque não temos o poder para fiscalizar porque somos impotentes para isso. Não podemos legislar, porque nas matérias e assuntos fundamentais estamos impedidos, porque naquilo que efetivamente traria resultado ao nosso povo, nós estamos impossibilitados de atuar; e também não estamos representando, nobre Deputado, porque representar seria mostrar o fato concreto, a realidade angustiante, os mecanismos de solução, as emendas e os projetos, e ter a aprovação para que aquele representado obtivesse através do seu mandato, do seu instrumento, que é o Deputado, a solução do seu problema, da sua reivindicação, da sua questão e do seu pedido.

Porisso, Deputado, efetivamente, nós ficamos ao final desta tarde, não só humilhados, mas principalmente, passamos a ficar até desacreditados em minorar toda a problemática, porque nós poderíamos, quando se fala em abertura, quando se fala na situação nacional que estamos hoje rumo aos postulados democráticos, nós teríamos a obrigação, neste Parlamento, Deputados da ARENA e do MDB, e mais ainda, os Deputados Situcionistas, que não em maioria, teríamos a obrigação de começar a usar, Deputado, de começar a ter a ousadia de transpor estas muradas que cercam o Poder Legislativo.

E a transposição dessas muradas nós deveríamos fazer efetivamente a cada instante, e cada hora, restabelecendo os Poderes deste que deveria ser um dos três, e que na verdade não é nem metade de um, nem um destes, porque não é nada, porque nada pode, nada faz; não fiscaliza, não legisla e não representa.

E amanhã ou depois, quando o povo tomar consciência disso e exigir efetivamente um legislador forte, sob controle popular, aí daqueles que historicamente não tiveram, ao menos, a resistência e a paciência que Vossa Excelência está tendo, de, sabendo que está falando aos ventos, sabendo que está colocando as colocações no vazio, mas, ao menos, a sua consciência, a história deste Parlamento e a história dos representantes do povo, haverá de, um dia, sentenciar que se tentou, embora uma tentativa vã, impotente e inválida.

Cumprimento-o por isso, ilustre Deputado, porque, como ainda existiam juizes em Berlim, quando o nazismo tudo podia e esmagava, ainda há Parlamentares nos Paramentos. Parabéns, Deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. ANTÔNIO FACCI** — Um minuto, por favor, Deputado Erondy Silvério.

Deputado Nelson, a sua indignação, eu sei, será maior ainda quando observar que não é apenas a colocação que fiz anteriormente, que faz com que o Poder Legislativo fique, cada dia mais, diminuído.

Vejam, por exemplo, há poucos dias, apresentei nesta Casa um requerimento solicitando informações da Secretaria de Transportes, com referência ao Plano Rodoviário.

E tive a satisfação de vê-lo aprovado.

Quereria aquela informação para melhor nos posicionar neste evento, na votação do novo Plano Rodoviário, que deveria conter o Orçamento do Estado.

Não recebemos ainda - sei que o tempo é escasso. Mas, vejam, Srs. Deputados, se há dificuldades do Governo do Estado mandar para esta Casa, os programas de maior importância, com detalhamento, porque então, incluir na Proposta

Orçamentária, dados como os das páginas 320 e 321, que se referem a números de vacinas aplicadas no interior. A quantidade de vacina Sabin, Tríplice, Dupla, Anti-Variólica, Anti-sarampo, BCG, etc., fazendo, na Proposta, uma projeção do que era aplicado em 75 até 78.

E vai mais, na mesma Proposta que nos é negado maiores informações sobre o plano de transporte do Governo, consta a quantidade de alimento distribuído às entidades assistenciais.

Vejam bem que temos que, realmente, estar aqui a nos preocupar, porque os jornais e as grandes revistas nacionais, de hoje, estão a dizer que o Ministro Delfim Neto torna-se todo poderoso com a criação da SAREI dentro da Secretaria Geral, a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios.

Essa Secretaria que o Ministro Delfim Neto diz que está, agora, criando, para controlar o planejamento dos Estados e Municípios, foi criada em 1972, pelo Ministro João Paulo dos Reis Veloso.

Portanto, é uma Secretaria que existe há sete anos, com os cargos e funções preenchidos, mas que estava na inoperância. E agora, está o Ministro Delfim a dizer que vai fazer com que ela entre em funcionamento.

Para que, então, foi feito aqui, uma colocação, num pronunciamento anterior que, apesar da Mensagem do Governador Ney Braga ser muito bonita, falando a linguagem - permitam-me, Srs. Deputados - que a Oposição falava já em 1970, que era o atendimento ao pequeno agricultor, o atendimento aos homens de baixa renda, que a melhoria da renda pessoal do paranaense, que está ano a ano a diminuir, essa Mensagem diz toda essa linguagem.

Realmente está bem feita. No entanto, com as restrições impostas pelo Ministério do Planejamento, que tem que inserir o planejamento estadual e municipal num todo, fica prejudicada "in totum", não poderá o Estado do Paraná, atender ou cumprir o contido na Mensagem.

Tem o aparte do Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a gentileza de Vossa Excelência pelo assentimento, embora já quase tenha passado a oportunidade de um aparte que eu gostaria de oferecer, quase que como contra-aside ao Deputado Nelson Friedrich, quando ele quer fazer crer que apenas os Deputados da Oposição lutam pelas reivindicações populares, o que não é uma verdade, e Vossa Excelência sabe disto, a Casa sabe disto e o Paraná todo sabe, tanto que, mandou para cá mais Deputados da ARENA do que Deputados da Oposição.

Isto demonstra que o povo não está cego, que o povo não é infenso ao trabalho daqueles que realmente trabalham pelo bem-estar da coletividade paranaense.

Portanto, não podemos aceitar a colocação feita pelo nobre Deputado Nelson Friedrich, a quem respeitamos profundamente, mas não aceitamos esta colocação, porque ele procura colocar a bancada da ARENA numa situação de, praticamente, inimiga do povo; pelo aparte que ele ofereceu a Vossa Excelência, não existem Parlamentares nesta Casa senão os do MDB, como não existem juizes não só em Berlim, mas existem também em Moscou, em Havana, em Varsóvia, existem juizes também, e nós, aqui, estamos cumprindo o nosso papel, o papel de apoio ao Governo, um Governo honesto, um Governo que manda a esta Casa uma proposta que foi amplamente debatida.

O Sr. Secretário do Planejamento, Professor Vesperto Mendes, responsável pela confecção da Proposta Orçamentária que hoje nós discutimos e votaremos, convidou, com toda a humildade, todos os Srs. Deputados, para debaterem adrede, possíveis falhas que pudessem existir na Proposta Orçamentária do Governo, demonstrando, desta forma, o desejo de acertar, o desejo de corresponder à confiança do povo paranaense e especialmente à confiança da Oposição, que nós

respeitamos profundamente, que nós conhecemos o papel até sublime que a Oposição vem desempenhando nesta quadra difícil da vida constitucional brasileira; nós respeitamos, mas não aceitamos a colocação que se pretende fazer em torno da bancada da ARENA, que também tem a sua responsabilidade para com a coletividade paranaense. Ela a vem cumprindo desassombradamente, com honestidade e, acima de tudo, com eficiência.

Porque os argumentos que Vossa Excelência usa, nós podemos rebatê-los com outra argumentação, com aquilo que o Governo realiza no Estado; falhas podem existir numa administração, qual a administração que não tem falhas? O dia em que Vossas Excelências chegarem ao Governo...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Vamos chegar.

O Sr. Erondy Silvério — Eu quero ver se ainda estou vivo.

Se estiver vivo, estarei aqui para cobrar um governo sem falhas, que é o que Vossas Excelências pretendem fazer. E Vossa Excelência vem aqui a dizer que a tese do financiamento ao pequeno agricultor do aumento da renda "per capita" é privilégio exclusivo da Oposição?

Vossa Excelência está redondamente enganado. Porque a nossa bancada, desde 1976, já abraçava essas teses e já lutamos por essas teses. Vossa Excelência veja, hoje ainda, um nobre Deputado da ARENA praticamente defendeu teses legitimamente populares. Nós temos a obrigação de apoiar um plano honesto de Governo, mas não temos a obrigação de bater palmas ao que esteja errado no Governo, e a maioria da bancada, neste particular, tem se saído airoso.

Agradeço a Vossa Excelência e quero cumprimentá-lo, porque Vossa Excelência é um estudioso. Porque a função principal deste Poder é realmente, o exame da Proposta Orçamentária e a fiscalização da sua consecução, o que muitos dos Srs. Deputados não entendem, não entendem porque veio a esta Casa.

Vossa Excelência sim, está defendendo o verdadeiro papel do tribuno nesta Casa que é, exatamente, o exame acurado, minucioso, completo, da proposta Orçamentária.

Eu me parabeno com Vossa Excelência, por este trabalho magnífico que vem fazendo.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado Erondy Silvério, a preocupação do Deputado Nelson é plenamente válida. Ele pergunta sempre como se colocar. Nós estamos fazendo um trabalho que Vossa Excelência considera bom.

Eu considero apenas no cumprimento do meu dever. No entanto, não podemos mudar nada; estamos impedidos por uma legislação superior que esmaga e coloca o Poder Legislativo debaixo de botas.

O Sr. Erondy Silvério — Eu já respondo a Vossa Excelência. Vou responder a pergunta.

Vossa Excelência faz um estudo que é altamente elogiável. Mas, a bancada da ARENA, também fez um estudo profundo da proposta orçamentária e verificou a autenticidade da mesma; verificou a validade da mesma para se administrar o Estado, que não pára de crescer como o Paraná, que exige recursos incontáveis para uma Administração, mas infelizmente conta hoje com apenas 28 por cento da arrecadação nacional.

Qualquer Estado ficando...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado Erondy Silvério...

O Sr. Erondy Silvério — Então, temos que estar de chapéu na mão. E Vossa Excelência citou sobre a bancada do Congresso Nacional, que até hoje não se ocupou desta questão que é primordial para as demais unidades da Federação brasileira. Aí se vê também a bancada do MDB, curvada, de espinha quebrada também. É isso que nós temos verificado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Permita-me continuar e dizer exatamente da preocupação que nos assalta. Veja bem. Enquanto o nosso Estado está a crescer, nós temos hoje, para

1980, já, três Secretarias de Estado apenas que tem dotação maior do que o pagamento de dívidas e de encargos de dívidas deste Estado.

Veja, por exemplo, apenas nos dados que estão aqui na Proposta Orçamentária, Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Está a comprovação de que em 1974, para cá, aumentou-se o endividamento do Estado do Paraná em 3.586,93 por cento.

Portanto, não há como, Sr. Presidente, permanecermos quietos, permanecermos deixando passar todas as propostas que passam por aqui, sem que se analise. É uma preocupação válida de todos os Srs. Deputados. É necessário que se debruce sobre todos os problemas do Estado do Paraná.

Não adianta realmente vir para esta tribuna, e dizer que no Paraná tem bóia-fria. Não adianta, realmente, dizer que tem gente passando fome; não adianta depois, nós ficarmos aí a discutir como é que se vai emprestar dinheiro no Exterior.

Não é conveniente ao Estado do Paraná, que na visita do Sr. Robert MacNamara se passe filmes demonstrando a miséria que nós temos, em outras ocasiões nós demonstramos apenas as riquezas.

Essa é uma colocação que o Paraná não poderia fazer para buscar dinheiro a fundo perdido no Banco Mundial, que é necessário que se vá buscar.

Não mostrar apenas o lado ruim de nosso Estado e é o que nós estamos sendo obrigados a assistir em todas as oportunidades. Por quê? Porque para se fazer obras de concreto em todas as oportunidades e principalmente em épocas eleitorais, nós temos que depois nos humilharmos perto dos banqueiros internacionais para ir buscar dólares a preço alto, ou ainda, para buscar agora, junto ao Banco Mundial, recursos a fundo perdido que não sei se virão, porque ouvi declaração do Presidente do Banco Mundial, dizendo que tem condições de melhorar o favelamento de São Paulo, no entanto, não vi nenhuma declaração do Sr. Presidente do Banco Mundial a dizer que o Paraná poderia ser atendido com qualquer . . .

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Estou me lembrando agora, do seguinte: há alguns dias atrás, o ex-Ditador Geisel esteve na minha cidade de Arapongas. Engraçado, lá retiraram os mendigos de circulação. Se pintou meio-fio, se pintou troncos de árvores de branco, se tirou a pobreza, para que o ex-Ditador não visse a miséria que campeia também naquela região.

E agora o Sr. MacNamara vem aqui e eles estão mostrando a pobreza; são dois pesos e duas medidas. Aos governantes brasileiros, se procura esconder a pobreza, como se fez no Recife, quando também o ex-Ditador Geisel lá esteve, e agora, quando este conhecidíssimo elemento que tem uma das histórias mais negras do mundo, porque era um homem da represa mundial, um homem que no passado comandava o assassinato de patriotas que queriam libertar esta América Latina, esta África escravizada, a Ásia que definha na miséria, este homem aparece agora abraçando pequenos favelados brasileiros, como se tivesse as mãos limpas. Mas, na realidade, ele tem as mãos sujas do sangue sacrificado da pobreza que existe no mundo, em função destes MacNamaras da vida, que aparecem como benfeitores, quando na realidade não passam de carneiros a serviço do grande capital multinacional. Este é o responsável por esta desgraça que existe no mundo, que é a fome, que é a miséria.

Vossa Excelência, nobre Deputado, estuda, vai ao fundo da peça orçamentária, e para que? Adianta estudar? Quem é sensibilizado pelo estudo de Vossa Excelência?

E permito-me, nobre Líder da ARENA, afirmar o meu enfoque aqui, das palavras do nobre Deputado Nelson Friedrich, quando ele diz que o Poder Legislativo está amesqui-

nhado, humilhado diante do Executivo. Ele não está se referindo apenas e tão somente ao Legislativo do Estado do Paraná, mas ao Legislativo que ao longo de todos esses anos foi várias vezes golpeado na sua dignidade e, com raríssimas exceções, em toda a Nação brasileira; não teve coragem de ter uma postura digna a não ser quando comandado em um ou outro episódio.

Lembro-me que nesta Casa mesmo e fico horrorizado ao ver o montante das verbas que serão destinadas a fazer apologia do Governo que se encontra no Poder, fiz um requerimento para saber quanto o Governo do Estado ganhou em um programa de televisão. O requerimento foi aprovado por esta Casa Legislativa e até hoje o Sr. Governador não se dignou em dar satisfação, não ao Deputado Waldyr Pugliesi, mas àquelas pessoas que queriam saber quanto tinha custado este programa de propaganda do Governo do Sr. Ney Braga.

Apresentada aqui nesta Casa também, uma medida para que o Sr. Governador do Estado se submetesse através da lei, sendo obrigado a responder aos requerimentos de informação do Poder Legislativo, até hoje não se tem notícia, como outras emendas que foram apresentadas aqui e estão morrendo em gavetas por aí fora.

Nobre Deputado, acho que fica bem clara a posição do nobre Deputado Nelson Friedrich, quando diz que o Poder Legislativo precisa ser másculo; é necessário ter ousadia. E, ao longo destes anos, vivemos sob o tacão do Poder Executivo.

Aristarco dizia que "as ditaduras existem porque existem bajuladores". Desde aquelas remotas épocas e até hoje, se em cada ato ilegal deste regime ilegal, se levantasse em todo o País a posição dos políticos, e o nobre Deputado Nelson não fez discriminação, falou de MDB e de ARENA, se todos nós nos levantássemos na defesa das nossas prerrogativas, não teríamos, de maneira nenhuma, chegado aos dias negros que foram implantados nesta Nação.

Quando se faz a lei para enganar o povo, porque não se dá cumprimento à mesma? Quando se foge à legislação, na busca de objetivos casuísticos que estão logo à frente?

Cumprimento-o pelo trabalho e pela posição que adota, durante todo o seu mandato.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Muito obrigado, Deputado Waldyr Pugliesi.

A verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao estudar a peça orçamentária e ao discuti-la, naturalmente outros ângulos da política nacional e estadual são enfocadas.

Não é este o objetivo principal; mas é esta a colocação necessária, que se faz para demonstrar que este Deputado não tinha e não tem nenhuma intenção, ao vir à tribuna e dizer que este ou aquele elemento, está apenas tentando ludibriar o povo com a proposta.

Sei e tenho dito aqui, que todos aqueles que dão sustentação aos Governos, de 64 para cá, são co-responsáveis pelos problemas que afligem o povo brasileiro. E inclusive o MDB, porque eu tenho repetido, nós somos o quadro, a moldura de carvalho no quadro falso da democracia, que se mostra ao mundo. Responsabilidade nossa, até. Porque as nossas denúncias passam a não ser respeitadas; as nossas denúncias passam a não ser levadas a sério; porque a cada vez que se tem uma eleição mascarada de legal, a cada vez que nós somos pisoteados com reformas como o "pacote de abril", como a chamada Lei Falcão, nós continuamos usando essa trincheira. Mas, até que ponto ela é válida?

Quem sabe se uma atitude mais radical fosse, trouxesse para o País melhores resultados do que a participação nossa; e ao repto que foi lançado por um Deputado da ARENA: — então vote contra — e eu respondo com uma outra colocação: — que está também no meu parecer ao Plurianual de Investimentos e consta de novo em meu voto em separado, para esta peça

orçamentária. Valendo-nos do pressuposto da boa intenção do Governo, nós votamos favorável.

Não tem intenção o MDB em atrapalhar o Governo que está aí. A obrigação do MDB é mostrar as folhas; é procurar melhorar, as leis, é ir buscar a fundo os problemas estaduais e nacionais. Mas, mostrando sempre o que está errado.

E digo mais, na votação do Plano Plurianual de Investimentos, se não fosse a votação de parte da bancada do MDB, a peça não teria sido aprovada, porque os Srs. Deputados da ARENA, em número de 34, só estavam neste Plenário, vinte e cinco deles. E não poderiam votar e aprovar o Plano do Governo que dizem apoiar e não apoiam; porque se se apoiassem, estariam aqui hoje, 34 Deputados da ARENA a votar favorável. E estão nada mais do que 20; e precisam da bancada do MDB.

E, se a nossa bancada resolvesse votar contra? Qual a colocação e qual a situação que ficaria não este Deputado ou os Deputados do MDB que fazem oposição nesta Casa; como é que iriam disputar os que aqui não vêm, o comando político, junto ao Governador do Estado? Aí eles brigam; aí esses Deputados viram machos, ficam bravos. Os que estão aqui e os que vêm e votam e participam, e tão pouca a participação plenária que se exige de um Deputado: são duas ou três horas por dia. E todo mundo fica, que tem que viajar a tarde; que tem que visitar este ou aquele; que tem prefeito nos gabinetes.

Os Srs. Prefeitos sabem perfeitamente, que só tem que vir à Capital, porque há uma má distribuição de renda aos municípios. Que só precisam vir de Secretaria a Secretaria, com o Deputado que tem o comando político, não porque eles desejem. Mas é porque se eles não fizerem isso, não recebem nada do Governo Estadual. E isto está certo?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o MDB comparece, quando comparece, e não são todos que vêm, a verdade é esta, mas sabe quando tem que votar favorável a uma lei, e quando tem que votar contrariamente.

Não votamos emocionalmente, não votamos, em hipótese alguma, apenas porque devemos determinados favores. Nós votamos com a consciência do dever cumprido.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Antônio Facci, tenho por Vossa Excelência a grande admiração e respeito, pela seriedade com que Vossa Excelência trata de todos os assuntos aqui nesta Casa, e pelo passado de vida pública de Vossa Excelência, já demonstrado na Prefeitura Municipal de Maringá.

Mas quero, nesta oportunidade, nobre Deputado, discordar da colocação feita nesta tarde, quando pretende-se colocar a pecha de subservientes aos Deputados de nossa bancada, ao aprovar o Orçamento do Estado do Paraná.

Jamais fomos subservientes e jamais seremos. Já demos, através dos anos, demonstração de nossa independência; já ocupamos os mais diversos cargos públicos, de Vereador e de Prefeito neste Estado.

Se estamos votando favoravelmente ao Orçamento, a esta lei que hoje se discute nesta Casa, nobre Deputado Antônio Facci, é pela confiança que nos merece o executor desta lei, o Governador Ney Braga, que o Sr. também conhece, como o Paraná inteiro conhece, pela sua lisura, pelo amor que dedica a este Estado e por tudo que ele já fez ao Paraná, através de mais de 20 anos, ocupando os mais diversos cargos eletivos do nosso Estado.

Porisso, nobre Deputado, nós votamos favoravelmente à Lei Orçamentária do Estado, porque temos confiança no homem que a irá executar, porque temos certeza que o fará em favor do Paraná e de sua gente.

O fato que Vossa Excelência levantou, de algumas rubricas, que acha um tanto exageradas, são estimativas orçamentárias e que nem porisso, o Chefe do Poder Executivo é obrigado

a gastá-las.

Nobre Deputado, disse há pouco, numa entrevista à imprensa do nosso Estado, onde me perguntavam que achava do Poder Legislativo; eu dizia que se o Poder Legislativo, não do Paraná, mas do Brasil, não se unir, nós estaremos liquidados, e o Poder Legislativo estará fracassado definitivamente no nosso Brasil.

Porque entendo, nobre Deputado, que o mal é de formação e de estrutura, porque a mesma linguagem que eu escuto nesta tarde, dos Membros do MDB, é a mesma linguagem dos nossos companheiros da ARENA, no Estado da Guanabara, onde o Governo pertence ao partido de Vossa Excelência.

De modo que, nobre Deputado Antônio Facci, o mal é de estrutura e de formação. Mas, concordo com Vossa Excelência em muitos dos pontos que Vossa Excelência vem abordando, porque Vossa Excelência tem demonstrado que realmente é um estudioso e procura levar a fundo e se aprofundar nos estudos das matérias que vem à baila.

Porisso, cumprimento Vossa Excelência.

Só quero deixar claro que não aceito em meu nome e em nome de meus companheiros, a pecha de subserviente. Nós estamos votando com a independência que caracteriza cada um dos Deputados da ARENA, estamos votando, acima de tudo, porque confiamos no homem a quem iremos entregar esta lei, porque ele há de aplicá-la em favor do Paraná e de sua gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica que o tempo de Vossa Excelência está esgotado. No entanto, a Mesa lhe concede mais um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Obrigado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para agradecer a Vossa Excelência o magnífico trabalho que fez em nome da nossa bancada, no estudo da Proposta Orçamentária.

Apenas queria aduzir o seguinte: realmente, o Poder Legislativo deve merecer maior destaque. E isso é um recado que fazemos ao pessoal que continuará na Situação, para que não ocorra o que ocorreu neste Orçamento. Enquanto a governadoria cresceu em 0,23%, este Poder foi aquinhado com 0,04%

Enquanto, no Congresso Nacional, nobre Deputado, o Poder Legislativo, como um todo, tem 0,64% para 440 Deputados, 66 Senadores, 5.000 funcionários, representando 0,6% do Orçamento da União; só a Secretaria da Presidência da República, tem 1,2%.

Só para significar que, quando o povo diz que deveríamos fechar as Assembléias, porque, Deputados e Senadores custam muito dinheiro para o povo, deve-se fazer o seguinte cálculo para responder: cada Deputado Federal e Senador, custa, para o povo brasileiro, 2 carteiras de cigarro, por ano. Já a Secretaria da Presidência da República, representa, exatamente, 4 carteiras de cigarro.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Obrigado, nobre Deputado.

Apenas para nos colocar com referência ao aparte do Sr. Deputado João Mansur: não usei, nenhuma vez, o vocábulo subserviente.

Não é do meu feitio e não faria isso.

O respeito que Vossa Excelência dedica a este Deputado, ele é mútuo e Vossa Excelência sabe.

A confiança que a bancada da ARENA deposita no Governador Ney Braga, ao votar favoravelmente a esta proposta, talvez não seja tão importante quanto à confiança que o MDB deposita, votando favoravelmente a esta Proposta Orçamentária.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 145/79. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Antes, Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Basílio Zanusso) — **Procede à leitura da chamada dos Srs. Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — 38 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

Em votação o Projeto de Lei n.º 145/79.

29 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/79 - de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a "Associação de Defesa e Orientação do Consumidor - ADOC", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/79 - de autoria do Deputado MÁRIO CELSO, que institue o Dia do Poeta, a ser comemorado anualmente no dia 04 de outubro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/79 - de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública o "Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand", com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 129/79), que dispõe sobre reservas de terrenos devolutos em zonas urbanas, para que mediante escolha do Instituto de Terras e Cartografia, dê-lhes as finalidades que aqui especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 159/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Serão reservados em zonas urbanas, mediante escolha do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, na forma desta lei, terrenos devolutos para:

- I - construção de edifícios públicos, criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso e cemitérios;
- II - abertura de vias ou logradouros públicos;
- III - execução de planos de urbanização;
- IV - estabelecimentos de núcleos residenciais;
- V - manutenção de possuidores, que, com tolerância expressa ou tácita do Estado, os tenham ocupado;
- VI - construção de casas populares;
- VII - execução de obras e serviços públicos em geral.

VIII - outros fins de necessidade ou de utilidade pública.

Art. 2.º — Os terrenos assim reservados, excluídas as áreas:

destinadas a manutenção de possuidores, que, com tolerância expressa ou tácita do Estado, as tenham ocupado, poderão ser doados aos municípios, entidades educacionais, culturais ou finalidades sociais.

Parágrafo único - Do título de doação constará que os bens doados voltem ao patrimônio do Estado, se ocorrer inexecução do encargo ou frustração do fim a que a liberalidade está adstrita.

Art. 3.º — O Governador do Estado, por proposta do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, poderá autorizar a alienação dos terrenos aos seus ocupantes (art. 1.º, inciso V), mediante as condições previstas nesta lei, independente de licitação.

Art. 4.º — Os terrenos reservados, nos termos do artigo anterior, poderão ser doados aos seus ocupantes ou possuidores desde que reconhecidamente pobres, prescrevendo-lhe o doador a impenhorabilidade.

Art. 5.º — Autorizada a alienação, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná notificará o ocupante para, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, requerer o imóvel sob pena de pagamento de taxa de ocupação.

Art. 6.º — O preço de aquisição, a ser arbitrado pelo Conselho de Administração do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, poderá ser pago em prestações mensais até o máximo de 36 (trinta e seis).

Parágrafo único - Os recursos oriundos das vendas serão destinados prioritariamente ao financiamento de projetos de implantação e manutenção de viveiros comunitários para a preservação da flora e da fauna.

Art. 7.º — Os títulos de venda outorgados pelo Estado do Paraná ficam sujeitos à condição resolutiva de o adquirente pagar as prestações na data do vencimento.

Art. 8.º — Resolvida a venda pelo inadimplemento da condição prevista (art. 7.º), restituir-se-á ao adquirente o que houver pago, previamente deduzida, a título de taxa de ocupação pela posse do imóvel, a importância arbitrada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Art. 9.º — Na alienação dos terrenos ocupados serão observadas, quanto à constituição dos lotes as posturas da Prefeitura local.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 159/79

PARECER

O projeto de lei ora em apreciação, é oriundo de Mensagem Governamental n.º 129/79, dispõe sobre o destino a ser dado a terrenos devolutos, em zonas urbanas, atribuindo a escolha dos fins a que se destinarão, especificados em seu Art. 1.º, ao Instituto de Terras e Cartografia.

É da competência deste Poder Legislativo, autorizar a medida.

Já havendo merecido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, não vemos, no âmbito desta Comissão de Finanças nada a opor.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;

GABRIEL MANOEL, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI N.º 159/79

PARECER

Visa o presente Projeto de Lei n.º 159/79, Mensagem Governamental n.º 129/79, estabelecer mediante escolha do

Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, reservas em zonas urbanas de terrenos devolutos para os fins específica e dá outras providências.

Sobre a matéria, manifestaram-se favoravelmente as duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que a proposição está devidamente estribada através da detalhada exposição de motivos que acompanha a Mensagem Governamental em texto apresentado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado.

Cabe-nos entretanto salientar que a disciplinação na esfera estadual de terrenos devolutos em zonas urbanas, virá equacionar e dirimir inúmeros problemas municipais que até o presente vem tendo soluções meramente conciliatórias sem definição legal definitiva. Na sua estrutura o Projeto também possui uma função social de alto sentido, quando no seu Art. 4.º, estabelece a possibilidade de doação aos ocupantes de terrenos devolutos aos que reconhecidamente nobres não possuem condições de os adquirir de outra forma legal.

Assim sendo, quer nos parecer que o projeto está em condições de merecer a aprovação desta Casa, opinando-se favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1.979.

(aa) GERNOTE KIRINUS, Presidente;
WILSON FORTES, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" de Primeiro de Maio, Paraná, com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 167/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e tem como finalidade cuidar do problema do excepcional deficiente mental, auditivo, da visão e das atividades motoras, provendo o seu bem-estar, sua proteção e seu ajustamento onde quer que se encontre, estimulando os estudos e pesquisas relativo ao problema.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei. A APAE de Primeiro de Maio, pela sua própria condição, justifica o presente pedido.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 167/79

PARECER

I. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, objetiva declarar de utilidade pública a "AS-

SOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", com sede em Primeiro de Maio, Paraná.

II. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.

III. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o "Centro de Recreação Tia Izaura", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 168/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o CENTRO DE RECREAÇÃO TIA IZAURA, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O CENTRO DE RECREAÇÃO TIA IZAURA, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como mantenedora a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio - PR, tem como objetivo oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento integral da criança no nível pré-escolar, iniciando-a na vida da comunidade no nível escolar, o desenvolvimento do raciocínio das atividades de expressão da criança e sua integração no meio físico e social; possibilitando a aquisição de hábitos e atitudes da vida social, bem como preenchendo as lacunas e deficiências da educação familiar, incluindo as deficiências alimentares. Preparar, no pré primário, a criança emocionalmente e psicologicamente para a escola primária, através do seu desenvolvimento sensorial, motor e intelectual.

E, no primário, oportunidades para desenvolver ao máximo as suas potencialidades, desenvolvendo seu espírito criador e preparando-a para a vida de comunidade ao mesmo tempo em que se procura elevar o seu grau cultural e social.

A referida entidade encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei. Pela sua própria condição, o Centro de Recreação Tia Izaura justifica a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 168/79

PARECER

I. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, objetiva declarar de utilidade pública o "CENTRO DE RECREAÇÃO TIA IZAURA", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná.

II. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.

III. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Nossa Escolinha de Educação da Criança Excepcional — NEECE", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 169/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "NOSSA ESCOLINHA DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL - NEECE", com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A "NOSSA ESCOLINHA DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL", indicada também pela sigla N.E.E.C.E., constitui uma associação civil de caráter cultural e filantrópico e tem sua sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Independente de qualquer organização política, racial ou religiosa, a NEECE objetiva, dentro de suas possibilidades, congrega e solidarizar pessoas do próprio município e de municípios vizinhos, em torno do ideal comum de educação das crianças excepcionais, no sentido de ampará-las, e defendê-las nos seus justos interesses e aspirações materiais, morais e espirituais.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. A NEECE, por sua própria condição, justifica a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 169/79

P A R E C E R

I. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, objetiva declarar de utilidade pública a "NOS- SA ESCOLINHA DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIO- NAL — NEECE", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio.

II. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.

III. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Primeiro de Maio", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 170/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À

INFÂNCIA DE PRIMEIRO DE MAIO, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRIMEIRO DE MAIO", com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos e tem por objetivo proteger e assistir a maternidade e a infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, especialmente, higiene da maternidade e da infância, e sua proteção e assistência, antes, durante e depois do parto; prestação de assistência médica à criança, à gestante e à nutriz enferma; assistência alimentar à criança, à gestante, ao lactente em estado de nutrição ou reconhecidamente pobre, principalmente de família com prole numerosa. Proteção e educação de crianças órfãs e abandonadas, bem como de pais comprovadamente pobres. Proteção, tratamento e educação de crianças com empecos físicos, mentais e sociais (surdas-mudas, aleijadas, cegas, parálíticas etc.). Assistência à crianças cujas mães trabalham fora do lar, e outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

A APMI de Primeiro de Maio encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. Por sua própria condição, a entidade em apreço justifica a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 170/79

P A R E C E R

I. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, objetiva declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRIMEIRO DE MAIO", com sede e foro na Cidade de Primeiro de Maio, Paraná.

II. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.

III. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando prorrogação por mais 1 (uma) hora a duração da presente sessão. — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra a presença do Sr. Paulo Nonomura, Prefeito Municipal de Assaí, bem como do Sr. Nelson Monteiro, cartorário daquele município.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adelina Zulian Dotti. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco de Assis Evangelista, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco de Assis Evangelista, ocorrido em Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 28.º aniversário da elevação de Santo Inácio à categoria de município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 28.º aniversário da elevação de Primeiro de Maio à Categoria de município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 16.º aniversário de emancipação política do Município de Realeza.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, consubstanciado em pedido de informações sobre o serviço de abastecimento de água de Francisco Beltrão.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente do BADEP, em forma de apelo no sentido de sustar o denominado Programa FINAC III.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Paróquia Santa Rita de Cássia, pela inauguração do Santuário.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER., encarecendo informações sobre a viabilidade da construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco.— Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, o presente requerimento é um puro e simples pedido de informação, sobre a viabilidade de uma estrada de rodagem, dizendo melhor, de uma ponte.

Sr. Presidente, o conhecimento prévio de que a bancada majoritária rejeitaria este requerimento, foi que nos levou, na votação do plano orçamentário, a nos retirarmos do plenário, na tentativa de apelarmos para o expediente regimental. Apenas, Sr. Presidente, para chamar a atenção dos eminentes Deputados da ARENA, que se dignassem, respeitadamente, à leitura deste requerimento. Porque, Sr. Presidente, não pode esta Casa participar de uma disputa de dois Deputados dentro de uma área.

Parece-me, Sr. Presidente, que a solidariedade a um Colega não pode ir a tal ponto de deixar de sensibilizar as autoridades responsáveis pelo pedido de uma comunidade. Faço, Sr. Presidente, um apelo ao eminente Deputado Werner Wanderer, que ao invés de votar contra este requerimento dentro dos termos regimentais, respeitoso, encampe a idéia, torne-se pai dela, e faça com que sua bancada aprove este requerimento. Porque não há, de são consciência, a não ser um orgulho pessoal do eminente Deputado Werner Wanderer em rejeitar a matéria. Peço aos Srs. Deputados que leiam

na justificativa, se há qualquer desrespeito, qualquer expediente eleitoreiro ou político no pedido.

Por isto, Sr. Presidente, faço o pedido ao eminente Deputado Werner Wanderer que ao invés de rejeitar a matéria, e ficar numa posição difícil de sustentar, o porque e a razão do porque que o requerimento deve ser rejeitado, que encampe a idéia e faça aprovação.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. Rejeitado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Solicito verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

7 Srs. Deputados o aprovam;

24 Srs. Deputados o rejeitam.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo Sr. Presidente da Sociedade Rural Brasileira, junto à Escola Superior de Guerra, na Cidade de Rio de Janeiro.— Em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de repúdio a Confederação Brasileira de Desportos, pela péssima administração de futebol brasileiro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex à diversas autoridades, visando a inclusão de Toledo entre os Municípios de Estocagem do Milho Estrangeiro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão, no sentido de que estude, analise e verifique a implantação de "Colônias Agrícolas Comunitárias".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido do tribuna, manifestando seu apoio à reformulação tributária, a qual irá proporcionar maior autonomia aos municípios.— Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando o envio de memorial às Secretarias das Finanças e Agricultura, encarecendo melhoria e agilização no tocante à comercialização do feijão.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de denúncia sobre o procedimento de alguns comerciantes, com relação ao fornecimento de notas fiscais.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Clube Esportivo União, da Cidade de Francisco Beltrão, pela conquista atecipada do Título de Campeão da 1a. Divisão de Futebol Profissional do Paraná.— Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, em forma de pedido de informações, sobre quantos municípios do Estado estão integrados atualmente à SANEPAR.— Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

(Assentimento).

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já procurei falar com a Liderança da ARENA nesta Casa, para a aprovação desse requerimento. Percebi nesta oportunidade, que o Sr. Líder, orientava a bancada para votar contrariamente às informações que aqui, solicito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estive neste final de semana em Maringá, participando de reunião com todo o estafe administrativo do Sr. Prefeito João Paulino Vieira Filho, que é do partido governista e com quem não falava a mais de dez anos.

Só compareci a esta reunião, porque solicitado por grupos de empresários maringenses e por pessoas ligadas à administração municipal, para discutir o problema da incampação, pela SANEPAR, dos serviços de água, de Maringá.

Maringá, tem o melhor serviço de abastecimento de águas do Estado. É um serviço modelo que está atendendo até o momento, todas as necessidades da cidade. No entanto, entende a administração municipal que precisa transferir o controle do serviço de água para a SANEPAR, habilitar-se junto ao BNH, a financiamento para outros tipos de investimentos no município, que não o serviço de água, mesmo porque, a administração passada, o ilustre e inesquecível Prefeito Silvio Barros, implantou, em Maringá, por administração à administração, 130.000 metros de esgoto sanitário, dando uma demonstração à administração federal, estadual e de muitos municípios brasileiros, que uma prefeitura bem administrada implanta também o seu serviço de esgotamento sanitário, quase sem necessidade de apoio dos órgãos federais.

Quando solicitei essas informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fiz porque não quero chegar em Maringá, ir reunir-me com os Vereadores do MDB, e é necessário que os Srs. Deputados da ARENA saibam disso: a ARENA detém em Maringá, 13 cadeiras na Câmara de Vereadores, contra 8 do MDB. No entanto, favoravelmente ao projeto do Sr. Prefeito João Paulino, tem apenas 8 Vereadores da ARENA, e está procurando o Poder Executivo Municipal, arenista, apoio junto aos homens da Oposição, porque entende ser necessário esta transferência, que, como a SANEPAR hoje, não tem ainda, todos os municípios, mas, foi assim com a COPEL, foi assim com a TEFAPAR, e transformaram-se, realmente, em empresas dos altíssimos para a população.

Eu não gostaria de chegar em Maringá, debater assunto tão importante para o meu município...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado, mas, na forma regimental, encontra-se sobre a Mesa requerimento subscrito pelo nobre Deputado Erondy Silvério, em que requer na forma regimental, prorrogação por

mais de uma hora de duração da presente sessão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado. Continua com a palavra o Deputado Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não pretendo ir à Maringá, como ia dizendo, e fazer Oposição a este projeto. No entanto, devido às constantes críticas que tenho ouvido, dos municípios de médio e grande porte de nosso Estado, que tiveram o seu serviço de água passados para a administração estadual, é que pretendo me posicionar, saber o que a SANEPAR está fazendo, de verdade, com as palavras da SANEPAR.

Sou um homem de Oposição, mas não quero guiar-me pelo espírito oposicionista, apenas, neste episódio.

No entanto, vejo que um pedido de informações para esclarecimento, vai ser rejeitado. Qual a contrapartida que vou dar e que posso dar? Sem as informações na mão preciso ir à Maringá e farei isto. E comandar, se possível, uma campanha, em Maringá para que a comunidade preserve o seu patrimônio e não transfira para a SANEPAR.

Pode-se dizer que nós vamos ter prejuízo, que Maringá não vai ter serviço de água, que vai faltar água no futuro. Mas, eu duvido, que qualquer administração, por mais radical que ela seja, tenha a coragem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de deixar de investir no abastecimento de água e no saneamento de uma cidade.

Portanto, peço encarecemente à bancada da ARENA, até para ajudar uma administração situacionista, arenista, que vote favorável a este requerimento; e estou agora, com um bilhete que me foi dado pela assessoria, para ligar para Maringá, solicitando se essas informações foram ou não, aprovadas por esta Casa.

Não posso, portanto, Sr. Presidente, vir aqui radicalizar posições. Mas, também, não vou aceitar voltar para Maringá sem estas informações, sem a aprovação deste requerimento, a gestionar junto aos homens de minha bancada, que aprovem a encampação da CODEMAR pela SANEPAR.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

7 Srs. Deputados o aprovam;

23 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/79

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 146/79.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 148, 153 e 163/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 159, 167, 168, 169 e 170/79.

Levanta-se a sessão.